

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL**

**TERRITÓRIO BICO DO PAPAGAIO - TO**

**MARIA DO SOCORRO NORMANHA DE CARVALHO**  
CONSULTORA TERRITORIAL

**ANDRÉA CRISTINA THOMA COSTA**  
REDE NACIONAL DE COLABORADORES

**JOÃO PALMEIRA**  
ARTICULADOR TERRITORIAL

**Novembro - 2006**

## SIGLAS

### Siglas

ABIPA	Associações dos Apicultores do Bico do Papagaio
AMB	Associação de Mulheres do Buriti
APA-TO	Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins
ARENT	Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
ASFA	Associação São Francisco de Assis
ASMUBIP	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BACEM	Banco Central do Brasil
Brasil Telecom	Brasil Telecomunicações
CAAF	Programa Compra Antecipa da Agricultura Familiar
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CASB	Clube Agrícola Sete Barracas
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Tocantins
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CESI	Centro de Estudos Superiores de Imperatriz
CIAT	Comissão de Implantação das Ações Territoriais
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNAES	Conselho de Segurança Alimentar
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPTER	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural.
CPR	Cédulas de Produto Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATASUS	Banco de dados do Sistema Único de Saúde
DFA	Delegacia Federal de Agricultura
EFA	Escola Família Agrícola
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FCR	Fundação Cândido Rondon
FETAET	Federação dos Trabalhadores Agricultura no Estado do Tocantins
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional de Recursos para a região Norte
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
ITERTINS	Instituto de Terras do Estado do Tocantins
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPTA	Movimento de Preservação dos Rios Tocantins e Araguaia
MS	Ministério da Saúde
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
OG	Organização Governamental
ONG	Organização não governamental
P.A	Projetos de Assentamentos
PAC	Projeto Abelhas do Cerrado
PCPR	Programa de Combate a Pobreza Rural
PD/A	Projetos Demonstrativos a Amazônia
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PERTINS	Programa de Eletrificação Rural do Tocantins
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPP	Programa de Pequenos Projetos
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROINF	Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RNC	Rede Nacional de Colaboradores
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SANEATINS	Companhia de saneamento do Tocantins
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAP	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria estadual de Educação e Cultura
SIF	Selo de Inspeção Federal
SINASC	Sistema de Informação de Nascidos Vivos
SME	Secretaria Municipal de Educação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TOBASA	Tocantins Babaçu S/A
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
VABP	Valor Anual Bruto da Produção

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela</b>		<b>Pág.</b>
Tabela 01	Os municípios que formam o território do Bico do Papagaio....	11
Tabela 02	Índice de Desenvolvimento Humano do território.....	22
Tabela 03	Porcentagem de domicílios em situação de pobreza. ....	23
Tabela 04	Número de estabelecimentos rurais, área, pessoal ocupado e valor da produção, no território do Bico do Papagaio. ....	26
Tabela 05	Quadro comparativo sobre a utilização da área, conforme a atividade econômica.....	26
Tabela 06	Número de assentamentos e famílias nos municípios do território do Bico do Papagaio.....	28
Tabela 07	Pessoal ocupado conforme a categoria. Comparação aos estados de TO e SC.....	29
Tabela 08	Investimentos do INCRA, previsto para 2005, no Território .....	33
Tabela 09	Renda Total, Per Capita por Município, Valor anual bruto da produção agropecuária em Reais por mês.....	34
Tabela 10	Produção de Bovinos no Território.....	36
Tabela 11	Produção de mel por município no território e no Estado.....	39
Tabela 12	Quantidade de Pescadores registrados na SEAP.....	47
Tabela 13	Área plantada, área colhida, Produção e Produtividade de mandioca no Brasil, em dois diferentes anos.....	49
Tabela 14	Valor anual da produção, conforme o tipo de atividade econômica Território, Estado e SC.....	61
Tabela 15	Índices de rentabilidade da produção agropecuária.....	62
Tabela 16	Rentabilidade da Agricultura Familiar.....	63
Tabela 17	Categorização dos estabelecimentos familiares, conforme a renda obtida. ....	63
Tabela 18	Quantidade de famílias assistidas no território pelo Ruraltins, no convênio de ATES .....	65
Tabela 19	Quantidade de famílias assistidas no território pela COOPTER, no convênio de ATES aos P.A, metas para 2005.	66
Tabela 20	Núcleos Operacionais das prestadoras em diferentes locais e a quantidade de técnicos existentes em cada.....	67
Tabela 21	Créditos do Pronaf, modalidade Investimentos aplicados 2004...	68
Tabela 22	Créditos do Pronaf, modalidade Custeio aplicados em 2004 no Território.....	69
Tabela 23	Demanda Qualificada do Pronaf A. em 2005.....	69
Tabela 24	Aquisição de produtos agricultura familiar pela Conab, 2004 .....	71
Tabela 25	Número de escolas nas áreas urbana e rural.....	72
Tabela 26	Indicadores sobre Educação.....	73
Tabela 27	Mortalidade em 2002 com diferentes causas nos municípios...	74
Tabela 28	Dados sobre a mortalidade infantil no território de 2004.....	75
Tabela 29	Indicadores de saneamento básico nos municípios do Bico do Papagaio em 1991 e 2000.....	76
Tabela 30	Nº percentual de consumidores de energia elétrica nas zonas rural e urbana no Estado do Tocantins.....	77
Tabela 31	Previsão de investimentos do programa “Luz para Todos” .....	79
Tabela 32	Investimentos em infra-estrutura e outros realizados em 2004.	85

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráficos</b>		<b>Pág.</b>
Gráfico 01	Informações sobre a população total rural e urbana do território do Bico do Papagaio.....	19
Gráfico 02	Índices Demográficos, Urbanização, Razão de Dependência do Território Bico do Papagaio.....	21
Gráfico 03	Distribuição de Estabelecimentos Rurais conforme a condição do produtor no território. ....	27
Gráfico 04	Pessoal ocupado nos Estabelecimentos rurais conforme os grupos de área.....	30
Gráfico 05	Pessoal ocupado nos Estabelecimentos rurais conforme o sexo.....	30
Gráfico 06	Trabalhadores em estabelecimentos rurais e em empresas com CNPJ no território em estabelecimentos rurais. ....	31
Gráfico 07	Créditos do PRONAF, aplicados no Território nos diferentes grupos.....	68

## SUMÁRIO

	Pág.
Siglas.....	I
Lista de Tabelas .....	li
Lista de Gráficos .....	iii
1. APRESENTAÇÃO.....	07
2. OBJETIVO.....	08
3. METODOLOGIA APLICADA.....	08
3.1. FASES DA METODOLOGIA.....	10
4. ELEMENTOS DO PTDRS.....	11
4.1. DIAGNÓSTICO.....	11
4.1.1. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL.....	11
4.1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	12
4.1.3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS.....	16
4.1.4. POPULAÇÃO.....	18
4.1.5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	23
4.1.6. ESTRUTURA AGRÁRIA.....	25
4.1.7. ASPECTOS ECONÔMICOS.....	34
4.1.8. SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO A PRODUÇÃO.....	64
4.1.9. INFRA – ESTRUTURA SOCIAL E PRODUTIVA.....	76
4.1.10. CULTURA E LAZER .....	81
4.1.11. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	82
5. ANÁLISE SISTÊMICA.....	83
6. VISÃO DE FUTURO .....	86
7 . EIXOS AGLUTINADORES .....	92
7.PROGRAMAS .....	92
7. PROJETOS .....	92
7. ESTRATEGIAS .....	92
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho refere-se aos serviços de consultoria executados conforme disposto no Termo de Contrato junto a Fundação Cândido Rondon em cumprimento ao Projeto de “Apoio às ações de desenvolvimento dos territórios rurais<sup>1</sup> nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal”, através do Convênio nº 012/2005 entre a Fundação Cândido Rondon e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, com o propósito de apoiar o processo de elaboração e gestão social<sup>2</sup> do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

Observa-se que o escopo dos serviços de consultoria está voltado, fundamentalmente, para o aspecto de apoiar o processo de elaboração e gestão do PTDRS, de forma participativa. Como referência para esse trabalho contou-se com os seguintes subsídios: a) o Programa de Desenvolvimento Territorial executado sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – PRONAT; b) as resoluções definidas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF; c) os documentos “Estratégia Operacional das Oficinas Territoriais do Primeiro Ciclo” e “Estratégia Operacional das Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo”; d) os relatórios das oficinas territoriais ocorridas no território.

O presente estudo é oriundo do esforço conjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Gerência de Negócios e Comércio, com a Rede Nacional de Colaboradores que

<sup>1</sup> Território Rural é entendido nesse documento como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

<sup>2</sup> A SDT compreende a gestão social a partir de quatro processos: planejamento, organização, avaliação, monitoramento e controle social, que pode ser visualizado como um ciclo que se repete indefinidamente. Para aprofundamento dessa questão, consultar os documentos referenciais do MDA/SDT, “Estratégia Operacional das oficinas Territoriais do Primeiro Ciclo” e “Estratégia operacional das Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo”; Brasília, 2005.

vem desenvolvendo uma série de ações na busca do desenvolvimento sustentável nos territórios brasileiros.

Assim, esse trabalho se estrutura a partir da apresentação dos objetivos e metodologia do trabalho; de uma breve contextualização histórica do Território Bico do Papagaio; dos elementos do planejamento, contendo o diagnóstico com as seguintes informações: configuração espacial; população, recursos naturais, densidade demográfica, indicadores de desenvolvimento humano, aspectos gerais sobre educação, saúde, utilização das terras, organizações sociais; econômicos; índice de desenvolvimento social e a situação da agricultura familiar; e a visão de futuro; finalizando com as estratégias, programas e projetos do Território Bico do Papagaio.

## **2. OBJETIVO**

O objetivo deste documento é descrever o PTDRS a partir dos resultados das ações de consultoria desenvolvidas durante o período do contrato com a Fundação Cândido Rondon durante os meses de agosto de 2005 a janeiro de 2006, previstas no objeto do contrato anteriormente mencionado. Além deste, será um instrumento de apoio às ações a serem executadas no território.

## **3. METODOLOGIA APLICADA**

A metodologia utilizada para realização deste PTDRS, é a proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial baseada em metodologias de planejamento participativo, cujo pressuposto “serve de instrumento auxiliar ao diagnóstico e planificação, na qual deverá apresentar na sua concepção formas de estimular o público envolvido a mergulhar numa reflexão crítica sobre sua realidade para transformá-la”. Que conceitua como território rural “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se



pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”<sup>3</sup>.

Desta maneira, usou-se esta metodologia em busca de descrever a realidade do território, utilizando-se os dados dos principais indicadores que expressam a realidade, enfocando os principais problemas para construir com o poder público e com a sociedade civil, políticas públicas sustentáveis capazes de promover o dinamismo da economia territorial e a construção coletiva do PTDRS.

Para tanto, foram realizadas visitas no Território Bico do Papagaio/TO, reuniões com o Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico, oficinas territoriais, com a participação dos núcleos diretivos, núcleo técnico e os membros da plenária da Comissão de Instalação das Ações Territoriais - CIAT.

Inicialmente, a condução dos trabalhos foi apresentar aos participantes a proposta de discussão em cada Oficina realizada, sempre respeitando as experiências de cada um. Dessa maneira as atividades foram desenvolvidas e, em paralelo, o roteiro metodológico proposto foi modificado, de acordo, com o ritmo de discussão do grupo e as suas demandas específicas.

Em cada oficina foram apresentados os objetivos das temáticas abordadas, deixando exposto no quadro o roteiro de discussão ou distribuída em cópias aos participantes, para que ao final pudessem ser avaliados de acordo com as discussões ocorridas versus os objetivos propostos. Dessa maneira o grupo se apropriava dos temas, de forma a desenvolver discussões, compreendendo a lógica pela qual foi tratado o tema.

O desenvolvimento das discussões executadas pelo roteiro metodológico, como a sua elaboração contou com a participação da colaboradora da RNC/SDT.

Deve-se destacar que os temas tratados nas oficinas territoriais são orientados pela SDT de forma que os territórios possam apropriar teoricamente os temas que vão construir o PTDRS. Outro aspecto metodológico a ser enfatizado e importante em todas as oficinas é o fato de se construir, paulatinamente, nas oficinas cada etapa do PTDRS que ao final foi sistematizado.

Ao final, com o material trabalhado nos Territórios Rurais e informações contidas em outros materiais realizados no território como os documentos do plano de desenvolvimento local sustentável da agricultura familiar do pólo pioneiro

<sup>3</sup> Contribuições do Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais, vol 02. 2005.

do Bico do Papagaio, mapeamento participativo do extrativismo no estado do Tocantins; Planos de Viabilidade Econômica, Financeira e Social das Associações ABIPA e ASMUBIP; de informações do PROAMBIENTE, Instituto Sociedade, População e Natureza, diagnóstico (CENTRU), INCRA, Secretaria Executiva do PRONAF, CONAB, RURALTINS, COOPTER e Caixa Econômica Federal.

### 3.1. FASES DA METODOLOGIA

- a) **Dinâmica de conhecimento** – “Apresentação dos Participantes e suas expectativas”- a partir de uma dinâmica em dupla ou mesmo individualmente é solicitado ao grupo que deve ser escrito em tarjetas de diferentes cores o seu nome, cidade onde mora, o que representa na CIAT e suas expectativas. Ao final, pede que cada um (a) apresente em voz alta e cole no quadro em destaque as tarjetas. Esse material que cada um (a) elabora e sobre o qual falam, ficam expostos em um quadro até o final dos trabalhos, uma vez que eles funcionam como fonte de informações, para que se compreenda a representatividade e composição da plenária da CIAT.
- b) **Dinâmica de divisão em grupos:** o objetivo dessa dinâmica é o de dividir a plenária em subgrupos para que esses façam discussões em torno de perguntas orientadoras. Utilizou-se a distribuição de números, cores diferentes, nomes de frutas e letras de música. A realização das dinâmicas dá oportunidade aos participantes discutir os temas em pequenos grupos e sempre os modificando. Desta forma dando condições para que todos pudessem manifestar-se a respeito do assunto. Ao final um (a) representante do grupo apresenta a conclusão e a moderação solicita que o grupo se manifeste para acrescentar mais informações que talvez seu representante não tenha conseguido apresentar.
- c) **Dinâmica de avaliação:** objetiva que o grupo avalie a oficina escrita e oralmente de maneira que todos(a) pudessem expressar seus posicionamentos quanto aos aspectos negativos, positivos e sugestões. Desta forma, foi possível realizar alterações na condução das próximas oficinas.
- d) **Uso de textos didáticos** que auxiliaram na compreensão dos temas tratados nas oficinas.

- e) **Dinâmica da exposição dialogada:** sempre utilizada após os trabalhos em sub-grupos de forma a aprofundar o tema abordado ou de acrescentar mais informações sobre as discussões. Nesta exposição alterna a fala da moderação com opiniões do grupo, sendo provocadas para que ocorressem as manifestações, questionamentos e esclarecimentos por parte dos participantes.
- f) **Dinâmica com jogos:** o uso dessa dinâmica tem como objetivo provocar o grupo a partir de um jogo para iniciar a compreensão do tema a ser tratado, posteriormente. Usado muito nas oficinas, principalmente, para a construção da visão de futuro, como por exemplo, a dinâmica da ponte.

## 4. ELEMENTOS DO PTDRS

### 4.1. DIAGNÓSTICO

#### 4.1.1. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

O território está localizado no extremo norte do Estado do Tocantins, próximo à confluência dos rios Araguaia e Tocantins e está delimitado a Oeste com o Estado do Pará e a Leste com o Estado do Maranhão, entre os paralelos 5°10'06" S e 45° 41' 46" W.

Os municípios de Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins compõem o Território. Ocupando uma área de 6.380,6 Km<sup>2</sup> e a população correspondendo a 2,3% da população do Estado. Tendo como as principais bacias hidrográficas às dos rios Tocantins e Araguaia.

**Tabela 1. Os municípios que formam o território do Bico do Papagaio, área e ano de instalação. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.**

Municípios	Área Km <sup>2</sup>	Densidade Demográfica Habitantes/Km <sup>2</sup>	Ano de Instalação
Araguatins	2.267,3	9,9	1989

Augustinópolis	414,4	31,3	1989
Axixá do Tocantins	150,2	58,8	1989
Buriti do Tocantins	249,9	31,4	1989
Carrasco Bonito	195,0	16,5	1993
Esperantina	504,0	15,1	1993
Itaguatins	739,8	8,6	1989
Praia Norte	239,0	23,5	1989
Sampaio	200,8	13,9	1989
São Miguel do TO	398,8	21,3	1993
São Sebastião do TO	287,3	12,8	1963
Sítio Novo do TO	324,1	29,3	1963
<b>Total</b>	<b>6.380,6</b>	<b>16,3</b>	-

#### 4.1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS

A região do extremo norte do estado do Tocantins, onde está localizado o território do Bico do Papagaio, inserido no ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, comumente chamado de pré - Amazônia ou zona de ocorrência de babaçuais, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia.

Esta região foi marcada por intensos conflitos agrários pela posse da terra durante as décadas de 70 a 80, onde se opunham de um lado os trabalhadores rurais da região nordeste do país, principalmente, população oriunda dos estados do Maranhão e Piauí. Chegaram a partir da década de 50 em busca de terras devolutas, e do outro os fazendeiros e investidores da região centro/sul do país que se apropriam de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia.

Nesta área conhecida como o “corredor Carajás” porta para o transporte dos minérios extraídos no estado do Pará, assistiu-se um forte processo de "grilagem", a expropriações violentas das famílias dos agricultores/as, as perseguições e assassinatos de posseiros foram práticas correntes nas áreas em questão.

A luta pela resistência se fortaleceu com a vinda de missionários/as da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foram muito importantes no apoio aos trabalhadores/as rurais. Merecedor de destaque foi o Padre Josimo, que lutou ao lado dos trabalhadores/as rurais, num processo de conscientização em uma época de acirrados conflitos na região, ocasionando o seu assassinato por

pistoleiros encomendados por grileiros de terras da região. Desta forma, tornou-se uma marca desta resistência, lutando pela posse da terra e pelos direitos dos quais os trabalhadores/as desconheciam.

Na década de 80, criaram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR na região com o apoio da CPT, desta forma se organizaram, articularam a implementação de um amplo processo de reivindicação pela reforma agrária e que passaram a exigir o direito à posse da terra enquanto meio de produção e sobrevivência. Na segunda metade dos anos 80 o governo federal, através do INCRA, iniciou de fato as ações da reforma agrária na região, desapropriando latifúndios improdutivos, tendo iniciado as demarcações de terra e a implantação dos P.A`s. Os primeiros assentamentos implantados foram nos municípios de Esperantina e São Miguel do Tocantins.

Com a criação do estado do Tocantins em 1989, muitos municípios foram desmembrados dando origem a vários outros, a exemplo do município de Axixá do Tocantins, desmembrado de Itaguatins. A região onde se localizam os municípios de Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Esperantina e São Miguel do Tocantins, é conhecida atualmente como pólo pioneiro do Bico do Papagaio<sup>4</sup>.

Em função destes acontecimentos, a população da região continuou a se organizar transformando os municípios que formam o território do Bico do Papagaio numa das regiões do Estado com o maior poder de mobilização e de articulação, capaz de enfrentar as situações adversas, não somente do ponto de vista das organizações da sociedade civil e também na organização da produção. Resultando num capital social que ainda insistem em acentuar o processo de desenvolvimento do território.

Na segunda metade da década de 90, com o aumento expressivo no número de famílias assentadas, as organizações dos trabalhadores/as rurais, já consolidadas e amadurecidas pelos anos de luta, passam a reivindicar e negociar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesta fase o crédito rural passa a ser uma das principais bandeiras do movimento sindical.

Em resposta a essa demanda o governo federal passa a liberar recursos para o crédito rural destinado à agricultura familiar através de linhas principais:

---

<sup>4</sup>O pólo pioneiro do Bico do Papagaio foi criado em função do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE. (2003).

PROCERA, FNO e PRONAF. A luta pela terra evoluiu para a defesa do desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar.

A partir de 2001, como reflexo do projeto de desenvolvimento nacional para o eixo Araguaia - Tocantins, apresentado pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo estadual elaborou projetos estaduais nas áreas de energia, transporte e áreas de monocultura, sendo um deles o PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Bico do Papagaio que visava à implantação de lavouras de soja numa área de 400.000 hectares, ao longo dos rios Tocantins e Araguaia.

Dentro deste programa, parte está sendo desenvolvido através do Projeto Sampaio que prevê o cultivo de soja numa área equivalente a nove mil hectares. No entanto, a ação dos movimentos populares conseguiu impedir, parcialmente, sua implantação por ser considerado uma ameaça ao desenvolvimento da região e estar, no projeto inicial, em desacordo com a legislação federal. Visto que houve sobreposição da área do Projeto Sampaio a área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, instituída pelo IBAMA pelo decreto nº 535, de 20 de maio de 1992, com área aproximada de 9.280 ha, nos municípios de Carrasco Bonito e Sampaio.

Através da construção de um processo de organização, outras conquistas também foram obtidas pelos trabalhadores rurais. Destacando-se o acesso a determinadas linhas de créditos, como PRONAF, fomento e alimentação<sup>5</sup>; algumas melhorias na infra-estrutura local como construção de estradas vicinais e habitação; a implementação e obras pelo PRONAF infra-estrutura; a ocupação de novos espaços de discussão e deliberação, a exemplo dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Atualmente, a reforma agrária no estado atende, aproximadamente, 6.000 famílias em 71 P.A.

O grande desafio é a viabilização de uma agricultura familiar sustentável, dentro de padrões culturais e ambientais que respeitem as particularidades da região, visando o manejo racional do ecossistema e a geração de renda. No território há um choque entre uma concepção de desenvolvimento evasivo, provocador de relações violentamente impactantes, social e ambientalmente, que

<sup>5</sup> Fomento e Alimentação são créditos concedidos pelo INCRA por ocasião do assentamento das famílias no programa Nacional de Reforma Agrária.

não se coaduna com o modo de vida das populações locais. Baseado na instalação de pólos de desenvolvimento “modernos”, enfatizando grandes projetos com pesadas inversões de dinheiro público alicerçado sobre a “livre iniciativa”. De outro lado encontramos populações tradicionais – trabalhadores/as rurais, quebradeiras de coco de babaçu, populações ribeirinhas, indígenas, entre outros - que estão em vias de concepção de desenvolvimento que incorpore seus interesses e seu modo de vida.

Os agricultores/as familiares e suas organizações têm trabalhado e lutado para a consolidação de um modelo de desenvolvimento de acordo com as ações e atividades praticadas no campo, tendo no extrativismo, beneficiamento de produtos (babaçu: óleo, carvão, artesanato, sabão, mesocarpo), no pescado, no uso de plantas medicinais, na apicultura e meliponicultura, nos sistemas agroflorestais e na roça sem fogo uma maneira de realizar a formação dos mesmos e de estudantes em estágios de vivência que possibilitem atuarem respeitando os interesses dos agricultores/as familiares.

Paralelamente, os agricultores/as através das suas organizações têm articulado políticas públicas como o Projeto Lumiar, PROAMBIENTE, PRONAF infra-estrutura, PRONAF crédito, PRONAF capacitação, PGAI, entre outros na perspectiva de fortalecer o desenvolvimento almejado.

Para viabilizar a organização e comercialização da produção, os agricultores/as criaram núcleos que se encontram articulados em forma de rede. Contudo, têm identificado entraves que impossibilitam o avanço da consolidação e fortalecimento da agricultura familiar, podendo se destacar: ATER deficiente e insuficiente; ações e políticas públicas desarticuladas; projetos implantados de cima para baixo; agricultores não dominam processo de comercialização; agroindústrias do PRONAF infra-estrutura sem utilização; forte interferência política; pouco controle social das políticas públicas; inexistência de mecanismos que garantam a gestão social das políticas públicas; precariedade ou inexistência de vicinais nos assentamentos e comunidades rurais; baixo nível de escolaridade e poucos técnicos qualificados para atuarem com a agricultura familiar.

### 4.1.3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

#### Clima

O clima no território é caracterizado como tropical úmido à sub-úmido, com precipitação média anual de 1.500 mm, com duas estações bem definidas: chuvosa (inverno, de outubro a abril) e seca (verão, de maio a setembro). Entretanto, moradores locais relatam à ocorrência de uma sensível alteração do regime de chuvas (período chuvoso mais curto e pouco previsível).

No verão as precipitações médias mensais são inferiores a 65 mm e representam 8,6 % das precipitações anuais, de novembro a abril, as médias mensais estão entre 120 e 370 mm e correspondem a 85% do total. A variação da umidade relativa anual está entre 70 e 80%, enquanto que a temperatura, média anual varia de 25 a 27°C.

#### Solos

Do ponto de vista geológico, o território está situado na bacia sedimentar do Parnaíba. Existe em cada município uma grande diversidade de solos que formam certos mosaicos, sendo importante identificar o tipo de solo predominante em cada região podendo definir quais as práticas de cultivo mais apropriadas em determinadas áreas, viabilizando assim o desenvolvimento da produção familiar.

O município de Esperantina apresenta solos do tipo podzólicos, com camadas inferiores mais férteis e latossolos com baixa fertilidade em função dos intensos processos de constituição, sendo estes característicos das regiões de cerrado.

Em Buriti do Tocantins há predominância de latossolos; já em Axixá do Tocantins ocorrem, principalmente, areias quartzozas que apresentam solos com elevada quantidade de areia e baixa fertilidade. São Miguel do Tocantins também ocorre areias quartzozas e solos litólicos, os quais apresentam afloramento de rochas. Ocorrendo, ainda, manchas de barro massapé nos quatro municípios já mencionados. Ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, encontram-se depósitos de aluviões<sup>6</sup>, constituídos por cascalhos, areias, siltes<sup>7</sup> e argilas.

<sup>6</sup> Solos formados pela deposição de sedimentos dos rios, por ocasião de enchentes.

<sup>7</sup> Partícula intermediária entre areia e argila.



Em linhas gerais, podemos encontrar no território solos pobres, porém agricultáveis, que apresentam baixa fertilidade e necessitam de investimentos tais como insumos e assistência técnica.

A altitude varia entre 140 e 400 m, em relação à declividade, há variações médias entre 15 e 45%. O município de Axixá do Tocantins apresenta áreas com as maiores declividades da região, devido à existência da Serra do Estrondo.

## Vegetação

O território do Bico do Papagaio está localizado em uma área de transição entre dois grandes biomas: cerrado e floresta amazônica. Encontrando-se no município de Axixá do Tocantins o cerrado e em São Miguel do Tocantins a predominância de vegetações condicionadas por duas estações climáticas no ano<sup>8</sup>: uma bastante chuvosa (verão) e outra com intenso frio (inverno).

No município de Esperantina encontra-se a floresta ombrófila<sup>9</sup> *densa* que se caracteriza pela presença dominante de árvores que ocorrem em ambientes úmidos, sem a presença de épocas secas durante todo o ano, apresentando clima quente e pouca variação anual.

Nos municípios de Axixá do Tocantins e Buriti do Tocantins encontra-se a floresta ombrófila aberta, que é uma floresta de transição da ombrófila densa, onde predominam palmeiras. Apresentam ainda áreas com maior variação de temperatura e mais dias secos durante o ano.

Entretanto algumas destas vegetações foram modificadas devido aos intensos processos de uso da terra. De acordo com o diagnóstico do CENTRU, até a década de 70 a vegetação original encontrava-se conservada, com grande ocorrência de espécies arbóreas: mogno (*Switenia macrophylla*), copaíba (*Copaifera spp.*), jacarandá (*Dalbergia spp.*), jequitibá (*Caraniana legalis*), sapucaia (*Lecythis usitata*), castanheira (*Bertholettia excelsa*), cupuaçu (*Thobroama grandiflorum*), bacaba (*Oenacarpus distichus Mar*), açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*), buritirana, cacau bravo (*Theobroma speciosum*), pequi (*Caryocar brasiliense*), taturubá e animais silvestres tais como:

<sup>8</sup> Vegetação denominada como floresta estacional decidual e semi-decidual.

<sup>9</sup> "Ombrófila" (grego) significa "amigo das chuvas".

várias espécies de tatu, veado, paca, onça, capivara, porco queixada, porco caititu, anta, ema, entre outros.

### **Recursos Hídricos**

A bacia hidrográfica do território é composta pelos rios Araguaia e Tocantins, onde localizamos as margens do rio Tocantins os municípios de Itaguatins, São Miguel do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, São Sebastião do Tocantins e Esperantina. Já nas margens do rio Araguaia, estão localizados os municípios de Araguatins e Esperantina.

### **Passivo Ambiental**

Com a expansão da “fronteira agrícola” na região, a cobertura vegetal original foi profundamente modificada, pela implantação de pastagens em mais de 1/3 do território e pelo surgimento de florestas secundárias homogêneas de babaçu, sucessora de grande parte das formações florestais.

Em meados da década de 80, o acelerado processo de desmatamento da região começou a se tornar visível. De acordo com a estimativa de antigos moradores<sup>10</sup>, nessa época os municípios de Axixá e São Miguel possuíam mais de 50% da floresta original. Atualmente restam cerca de 5 a 10% da vegetação original e um número reduzido de espécies e populações de animais silvestres.

#### **4.1.4. POPULAÇÃO**

Segundo dados do IBGE, a população do Território é de 104.095 habitantes, sendo que 63.327 habitantes residem na zona urbana e 40.768 habitantes moram na zona rural.

O total da população do território representa apenas 9% da população do Estado que são de 1.157.098 habitantes, comportando uma população inferior aos habitantes das maiores cidades do Estado: Araguaína, Gurupi e Palmas. Cerca de 38% da população do território se encontra na área rural,

---

<sup>10</sup> Informações contidas no Relatório do Diagnóstico Exploratório das Experiências Agroextrativistas nos Regionais Tocantins e Maranhão. Projeto Rede Agroflorestadores do cerrado FNMA/MMA, CENTRU e APA-TO. Abril de 2004.

correspondente a 13,7% da população rural do Estado que é de 297.137 habitantes.

Quando comparado o índice do Estado e do território, percebe-se a existência de características essencialmente rurais, apontando a necessidade de políticas públicas voltadas para aos agricultores/as familiares.

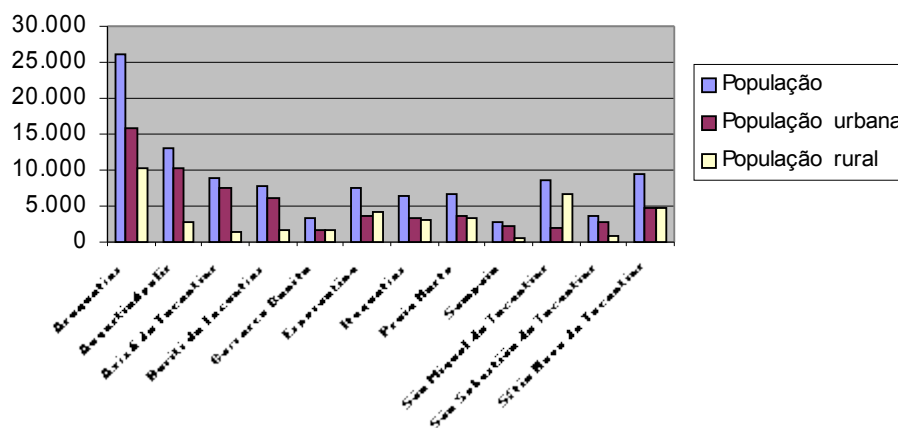
O maior município em extensão é Araguatins com uma área de 2.267,3 km<sup>2</sup>, que se destaca também na concentração da população na área rural ultrapassando 10 mil habitantes e o menor município é Axixá do Tocantins, com 150,2 km<sup>2</sup>.

A menor população rural do território é a do município de Sampaio, apenas 512 habitantes. Segundo agricultores/as familiares do município, houve um aumento do êxodo rural para a área urbana devido à instalação parcial do Projeto Sampaio.

A densidade demográfica do território é de 16,3 Hab/Km<sup>2</sup>, superior ao índice do Estado que é de 0,4 Hab/Km<sup>2</sup>. Com destaque aos municípios de Itaguatins com maior densidade 8,6 Hab/Km<sup>2</sup> e de Axixá do Tocantins, menor município do território, com uma densidade demográfica de 58,8 Hab/Km<sup>2</sup>.

Pode-se observar no gráfico abaixo que os municípios de Esperantina e São Miguel do Tocantins apresentam número superior da população da zona rural à urbana.

**Gráfico 01. – Informações sobre a população total, rural e urbana do território do Bico do Papagaio. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.**



Com relação aos beneficiários da reforma agrária, os(as) assentados(as) estão distribuídos em 71 projetos de assentamentos do INCRA e do ITERTINS, implantados através do Banco da Terra em Araguatins, implantados em três assentamentos o ACOPLA, ACOPLA II e ACOPLA III.

Existem 07 colônias de pescadores que atuam em Araguatins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins e São Sebastião, com 336 afiliados, segundo a SEAP, 2004. Encontram-se pequenos produtores rurais, artesãos e agroextrativistas que caracterizam as comunidades tradicionais do território.

#### ▪ **Densidade demográfica**

É um indicador que permite conhecer a quantidade de habitantes por uma determinada área geográfica. Este valor é definido entre o quociente da população total e a área geográfica, medida em hab/Km<sup>2</sup>. Observa-se que o estado do Tocantins com 0,4 hab/km<sup>2</sup> apresenta um valor muito baixo, em comparação a estados da região Sul do Brasil, onde a média é de 43,5 hab/km<sup>2</sup> e acima da média brasileira que é de 19,9 hab/Km<sup>2</sup>. A distribuição da população nos municípios que compõe o território do Bico do Papagaio, não apresenta uniformidade, de modo que o município de Itaguatins possui uma densidade demográfica de 8,6 hab/Km<sup>2</sup> e o município de Axixá do Tocantins apresenta uma densidade demográfica de 58,8 hab/ Km<sup>2</sup>, enquanto que São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis, Praia Norte e Buriti do Tocantins, constituem os municípios com as maiores densidades demográficas, numa média de 32,6 Hab/ Km<sup>2</sup>.

#### ▪ **Índice de urbanização**

Este índice indica se um determinado município apresenta ou não a maior população vivendo na zona urbana, e é definido como o percentual da população urbana em relação à população total. Assim, com estes dados percebe-se que o índice de urbanização do território é de 60,8%, valor considerado alto, quando comparado com o estado que apresenta um valor também alto de 74,3%. É possível, que devido à falta de oportunidades e condições dignas de trabalho no campo tenha ocorrido um processo migratório das pessoas para as cidades

maiores do Estado em busca de oportunidades de trabalho. Uma outra razão poderá ter sido o processo de expulsão dos agricultores/as no início dos anos 80 pelos grileiros de terras que se instalaram na região do Bico do Papagaio.

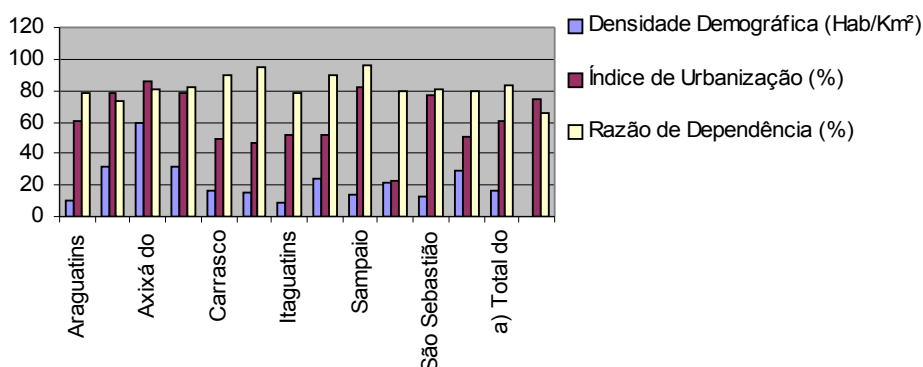
É perceptível o alto índice de urbanização em Sampaio, Esperantina, Praia Norte, Carrasco Bonito, São Sebastião, São Miguel do Tocantins, Buriti, Axixá do Tocantins, e Itaguatins. Embora Sampaio e Esperantina ultrapassem estes dois limites se comparados aos valores do território e aos do estado.

#### ▪ Razão de dependência

É um indicador essencial que apresenta quais municípios possuem esta razão em maior ou menor proporção, podendo dimensionar a força de trabalho de uma região. Sendo obtido através do percentual da população dependente jovens com menos de 14 anos, que em tese estão fora do mercado de trabalho, e aquelas acima de 65 anos, que já estão aposentadas, em relação à população ativa, com idade entre 15 e 64 anos. Observa-se que a razão de dependência no território é de 83,7%, um valor considerado alto, próximo aos índices do estado que são de 65,9%, onde o município de Sampaio apresenta a maior razão de dependência 96,4% e, o município de Augustinópolis apresenta a menor razão de apenas 72,7%.

A alta razão de dependência em Sampaio pode mostrar que as oportunidades para os jovens são escassas e a quantidade de pessoas da terceira idade dependente é alta, o que poderá ter sido provocada, proporcionalmente, ao índice de urbanização, realidade sentida por alguns moradores após o processo de desocupação das áreas do Projeto Sampaio.

**Gráfico 02. Índices Demográficos, de Urbanização, Razão de Dependência do Território Bico do Papagaio. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.**



## ▪ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>11</sup>

É um indicador essencial para se conhecer o nível de desenvolvimento de uma determinada região. No território o IDH médio é de 0,6, um valor razoável quando comparado ao IDH do Estado do Tocantins é de 0,710 e no Brasil este índice é de 0,766. No entanto quando se compara com o estado de Santa Catarina que é de 0,814, este indicador revela diferença com a região sul do país. Entretanto, o valor do IDH no território foi influenciado pelo componente educação 0,742, pois, nos componentes longevidade e renda seus valores são 0,579 e 0,499 respectivamente, valendo ressaltar a importância de ações para elevar o componente renda da população no território, provavelmente, a longevidade esteja diretamente proporcional à razão de dependência.

**Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano do território. Fonte: IBGE, 2000.**

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Araguatins	0,640	0,614	0,761	0,544
Augustinópolis	0,618	0,590	0,714	0,548
Axixá do TO	0,571	0,504	0,718	0,492
Buriti do Tocantins	0,614	0,592	0,757	0,494
Carrasco Bonito	0,562	0,545	0,684	0,456
Esperantina	0,572	0,580	0,700	0,437
Itaguatins	0,617	0,624	0,738	0,488
Praia Norte	0,579	0,580	0,732	0,425
Sampaio	0,576	0,532	0,749	0,446
São Miguel do TO	0,611	0,549	0,794	0,490
São Sebastião	0,610	0,590	0,762	0,477
Sítio Novo do TO	0,592	0,545	0,749	0,483
<b>Território</b>	<b>0,600</b>	<b>0,579</b>	<b>0,742</b>	<b>0,499</b>
<b>Estado</b>	<b>0,710</b>	<b>0,671</b>	<b>0,826</b>	<b>0,633</b>
<b>País</b>	<b>0,766</b>	<b>0,727</b>	<b>0,849</b>	<b>0,723</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>0,814</b>	<b>0,785</b>	<b>0,904</b>	<b>0,754</b>

<sup>11</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano foi adaptado para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios a partir de indicadores de educação (alfabetização e frequência escolar), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (renda municipal per capita). O Índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; municípios com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

#### ▪ Domicílios em situação de pobreza

O estado possui 285.701 domicílios destes 32,6% estão em situação de pobreza. No território os domicílios existentes são 23.069, dos quais 10.497 estão em situação de pobreza, o que representa 45,5% do total, ou seja, 11,3% dos domicílios pobres em relação do estado, sendo importante destacar o município de Carrasco Bonito por apresentar o maior percentual (58,1%) dos domicílios nesta condição.

Esses dados são preocupantes, principalmente, em função da quantidade de domicílios, pois quase a metade possui saneamento inadequado e seus responsáveis têm renda de até um salário mínimo por mês e freqüentaram a escola por menos de quatro anos. Com relação a este indicador percebe-se que há necessidade de realizar políticas públicas capazes de diminuir essa situação, implementando ações de incentivos à geração de emprego e renda, nas localidades próximas aos aglomerados urbanos ou rurais.

**Tabela 03. Porcentagem de domicílios em situação de pobreza. Fonte: IBGE: 2000.**

Municípios	% dos domicílios em Situação de pobreza
Araguatins	45,2
Augustinópolis	41,2
Axixá do Tocantins	50,6
Buriti do Tocantins	39,7
Carrasco Bonito	58,1
Esperantina	46,8
Itaguatins	54,7
Praia Norte	50,3
Sampaio	47,1
São Miguel do Tocantins	43,8
São Sebastião do Tocantins	41,2
Sítio Novo do Tocantins	40,4
<b>Território</b>	<b>45,5</b>
<b>Estado</b>	<b>32,6</b>

#### 4.1.5. AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No território, as organizações sociais têm grande destaque pela efetiva participação e envolvimento no desenvolvimento do território divididas em categorias: associações comunitárias de trabalhadores/as rurais, colônias de

pescadores/as; grupos de mulheres; grupos de jovens; sindicatos de trabalhadores rurais e organizações de assessoria. Com destaque algumas, como a CNS; ABIPA; ASMUBIP; STR de Esperantina; Comunidade Sete Barracas – CASB; Associação de Mulheres do Buriti – AMB; Associação São Francisco de Assis – ASFA; CPT; APA-TO; COOPTER; MSTTR; entre outras.

No período compreendido entre 1991 a 1995, com a fundação do STR de São Miguel do Tocantins e a Secretaria da Mulher Rural Extrativista do CNS reforçaram a discussão no campo sócio-ambiental, juntamente, com a ASMUBIP e a ABIPA no seio do movimento sindical, além da luta pela criação da reserva extrativista.

A FETAET e os STR's surgem como instrumentos de defesa dos direitos e representação da classe trabalhadora rural, com forte enfoque na luta pela terra.

Que a partir de 1996 triplicaram o número de associações locais que compõe o pólo pioneiro do Bico do Papagaio. Deste total de associações criadas, 68% concentram-se neste período, entretanto, houve uma forte pressão do INCRA para que fossem criadas tais associações, no sentido de acessar os créditos do fomento e habitação, em função da criação de vários P.A. na região. Assim houve um rompimento no processo de organização e de criação de algumas destas associações, em função da falta de amadurecimento e discussão com a base sindical.

Surgem, em períodos distintos, as entidades de apoio às organizações, as quais acompanharam a dinâmica do movimento sindical na região, a CPT, na fase da luta pela terra e apoio às organizações locais, bem como de pequenos grupos alternativos de produção agrícola e pecuária; APA-TO criada para responder as demandas de produção e comercialização aos recém assentados e pequenos proprietários titulados; COOPTER na perspectiva de colaborar na construção de uma nova Assistência técnica e extensão rural.

Todas estas organizações foram criadas a partir da reflexão dos trabalhadores/as com forte ligação com os STR's. E através deste avanço organizacional fazem parte de alguns Conselhos, como: Conselho Gestor do PROAMBIENTE, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, Conselho de Segurança Alimentar – CNAES, CIAT, entre outros.



#### 4.1.6. ESTRUTURA AGRÁRIA

O território do Bico do Papagaio ocupa uma área de 403.132 ha, dos quais 11.036 ha é cultivado com culturas temporárias e 1.041 ha com culturas permanentes, demonstrando a realidade da agricultura familiar camponesa de subsistência, que cultivam a terra temporariamente, em roças para retirar o sustento das famílias e comercializarem o excedente da produção.

A área total do estado ocupada com estabelecimentos rurais é de 16.765.716 ha e o território constituído por 5.885 estabelecimentos rurais. Estes estabelecimentos rurais estão distribuídos em: 1.935 para a Silvicultura e a exploração florestal; 1.536 para a pecuária numa área de 299.258 ha, que comparada à ocupada com esta atividade no estado de 13.727,467ha, assim, a maioria da área do território é ocupada pela pecuária, que por sua vez é mantedora da economia do estado; 1.417 com lavouras, destas 140 permanentes e 1.331 temporárias, ocupando uma área de 35.944 ha; 786 com produção mista entre lavoura e pecuária; 144 para exploração de Carvão Vegetal; 09 nas atividades de horticultura e viveiros e 04 Aqüicultura e Pesca.

Os dados apresentam que 176.447 ha são cultivados com pastagens mas, 55.599 ha de pastagens nativas, demonstrando forte característica da região em atividades pecuárias, especialmente a bovinocultura, pois 232.046 ha são aptos à atividade.

A área ocupada com florestas nativas é, apenas de 90.084 ha, que representa 3,0%, da área em relação ao estado. É uma área pequena que muitas famílias retiram a sobrevivência através do extrativismo. A floresta plantada somadas é de 04 ha, devido principalmente, ao processo de conscientização para a preservação do meio ambiente, que alguns agricultores iniciaram o plantio de florestas produtivas, através do reflorestamento. Outra técnica conservacionista utilizada é o pousio, ou descanso da terra, nota-se uma área de 16.167ha nesta circunstância, as áreas produtivas não utilizadas somam-se 46.059ha.

A concentração de terra é proveniente das propriedades com mais de 1.000 ha, com 33,2% da área e 23,6% do valor da produção provém deste grupo que pode ser justificado pela prática da pecuária de corte. Que pode ser melhor visualizado através das tabelas abaixo.

**Tabela 04 - Número de estabelecimentos rurais, área, Pessoal Ocupado e valor da produção, no território do Bico do Papagaio. Fonte: INCRA, 2002.**

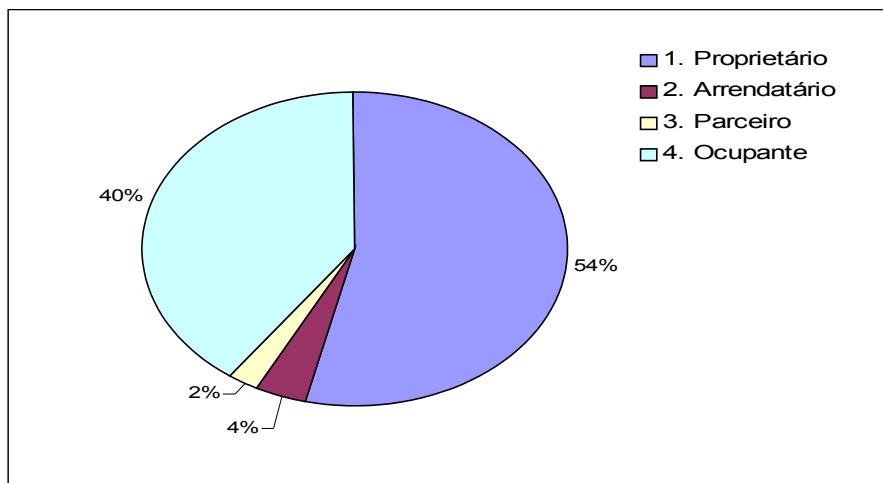
Grupos de área dos estabelecimentos rurais	Participação no total ( % )			
	Nº de Estab.	Área	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
Até 10 hectares	24,80	0,70	17,70	6,10
Mais de 10 a 20 hectares	9,50	1,50	8,50	3,60
Mais de 20 a 50 hectares	35,60	11,90	35,30	17,30
Mais de 50 a 100 hectares	12,50	9,20	13,20	10,50
Mais de 100 a 200 hectares	7,80	11,10	9,40	11,50
Mais de 200 a 500 hectares	6,40	19,50	8,10	16,40
Mais de 500 a 1000 hectares	1,80	13,00	4,00	11,00
Mais de 1000 hectares	1,60	33,20	3,70	23,60

**Tabela 05. Quadro comparativo sobre a utilização da área, conforme a atividade econômica. Território, Estado e SC.**

Categoria do trabalhador	Destinação da área					
	Território		Estado		SC	
	Ha	%	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	35.201	8,9	994.476	5,9	2.166.376	32,8
2. Horticultura e produção de viveiro	74	0	3.410	0	37.380	0,6
3. Lavoura permanente	5.102	1,3	179.760	1,1	200.528	3
4. Pecuária	294.492	74,5	13.727.467	81,9	2.142.791	32,4
5. Produção mista	54.760	13,9	1.692.148	10,1	1.300.056	19,7
6. Silvicultura	3.096	0,8	148.573	0,9	746.421	11,3
7. Pesca e aquíicultura	209	0,1	15.907	0,1	10.815	0,2
8. Carvão vegetal	2.313	0,6	3.975	0	8.479	0,1
<b>Total</b>	<b>395.247</b>	<b>100</b>	<b>16.765.71</b>	<b>100</b>	<b>6.612.846</b>	<b>100</b>

A distribuição dos estabelecimentos rurais conforme a condição do produtor tem 3.157 propriedades com proprietários de suas terras; quanto a posse como arrendatários ou parceiros são reduzidos, apenas 355 produtores; e nota-se que 2.373 dos produtores são ocupantes, o que demonstra a necessidade de uma ampla ação de regularização de terras, comparando-se com os estados do Tocantins e Santa Catarina, este é um valor preocupante, uma vez que mais de 80% dos produtores dos dois estados, são proprietários legítimos das suas terras, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 03. Distribuição de Estabelecimentos Rurais conforme a condição do produtor no território. Fonte IBGE. 2000.**



Os estabelecimentos rurais conforme os grupos de área ocupada são divididos em: 25% do grupo de até 10 ha, ocupando uma área de 2.635 ha, tendo o município de Sítio novo com o maior número de propriedades neste grupo 313, ocupando uma área de 625 ha; 9% do grupo mais de 10 ha a 20 ha; 34% do grupo de mais de 20 ha a 50 ha; 13% do grupo de mais 50 ha a 100 ha; 8% do grupo mais de 100 ha a 200 ha; 7% do grupo mais 200 ha a 500 ha; 2% do grupo mais 500 ha a 1000 ha e 2% do grupo mais de 1000 ha. De acordo com esta classificação são 4.036 estabelecimentos divididos pelos grupos de área.

Destes, destacam-se o grupo de mais de 20 ha a 50 ha com 1.429 estabelecimentos, que ocupam uma área de 47.685 ha. O município de Araguatins possui o maior número de propriedades neste grupo 320, com uma área de 11.704 ha. O grupo com mais de 1000 ha possuem 64 estabelecimentos, ocupando uma área de 132.178 ha, demonstrando desta forma a predominância de minifúndios e uma realidade cada vez mais concreta do sistema de produção da agricultura familiar instalada.

Comparando com o estado de Santa Catarina, observa-se que o maior número de propriedades são com até 10 ha, 72.462 estabelecimentos e 35,7% do total, propriedades entre 200 e 500ha, são apenas 2.729 ha, 1,3% do total. A distribuição da terra no estado de Santa Catarina é mais intensa que no estado do

Tocantins e a quantidade de latifúndios naquele estado é menor que nos estados da região norte.

A realidade do território é percebida com os grupos de área do estado, onde 8.093 propriedades possuem áreas entre 20ha e 50ha, ocupando uma área de 297.204 ha; propriedades entre 200 e 500ha no estado são 8.234, 19,2% do total, ocupando uma área de 2.640.610 ha; com relação aos latifúndios com mais de 1.000ha, são 3.475 estabelecimentos, ocupando uma área de 9.572.100 ha.

O estado se caracteriza por um número elevado de propriedades com áreas médias, possuindo menos latifúndios, em relação às áreas comentadas anteriormente, o que difere do território que na sua maioria as áreas são minifúndios, pertencentes à agricultura familiar.

**Tabela 06 - Número de assentamentos e famílias nos municípios do território do Bico do Papagaio. Fonte: INCRA, 2005.**

Municípios	Quantidades no território	
	Assentamentos	Número de Famílias
Araguatins	18	1274
Augustinópolis	6	444
Axixá do Tocantins	8	385
Buriti do Tocantins	3	110
Carrasco Bonito	1	33
Esperantina	11	470
Itaguatins	3	181
Praia Norte	3	355
Sampaio	2	104
São Miguel do Tocantins	2	76
São Sebastião do Tocantins	6	308
Sítio Novo do Tocantins	3	95
<b>Total do Território</b>	<b>66</b>	<b>3.835</b>

#### ▪ Trabalhadores nos estabelecimentos rurais

Aos trabalhadores/as na agropecuária, todos os grupos de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais, como responsáveis e familiares não remunerados: 15.512; empregados permanentes: 1.118; empregados temporários: 1.423; parceiros empregados: 67; 692 trabalhadores em outras condições, que perfazem um total de 18.745, representando 9,8% dos trabalhadores em relação ao estado que detém 191.973 trabalhadores em estabelecimentos rurais.

Dos trabalhadores/as que trabalham nos estabelecimentos rurais, mais da metade 12.355 ou 65,7% residem nos estabelecimentos rurais. Quando comparados ao estado da Santa Catarina, que a condição de responsáveis e familiares não remunerados se assemelham aos dois estados.

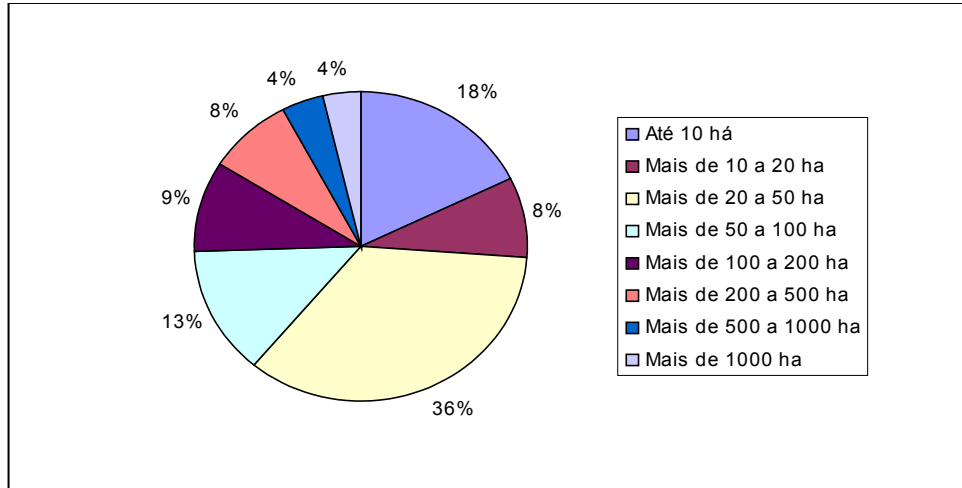
**Tabela 07. Pessoal ocupado conforme a categoria. Comparação aos estados de TO e SC. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.**

Categoria do trabalhador	Trabalhadores nos diferentes locais					
	Território		TO		SC	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Responsáveis e familiares não remunerados	15.512	82,5	134.510	70,1	618.552	86,1
Empregados permanentes	1.118	5,9	28.152	14,7	42.504	5,9
Empregados temporários	1.423	7,6	19.016	9,9	46.959	6,5
Parceiros	67	0,4	2.778	1,4	5.016	0,7
Outra condição	692	3,7	7.517	3,9	5.436	0,8
Residentes estabelecimentos rurais	12.355	65,7	150.106	78,19	616.275	85
<b>Total de ocupados</b>	<b>18.745</b>	<b>100,0</b>	<b>191.973</b>	<b>100,0</b>	<b>718.467</b>	<b>100</b>

O pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, conforme o grupo de área está distribuído no território da seguinte forma: no grupo de área de até 10 ha, trabalham 2.983 pessoas; 5.887 pessoas trabalham nos estabelecimentos rurais no grupo de área mais de 20 a 50 ha; 1.401 trabalhadores no grupo de mais 200 ha a 500 ha; propriedades com mais de 1000 ha, empregam somente 631 pessoas.

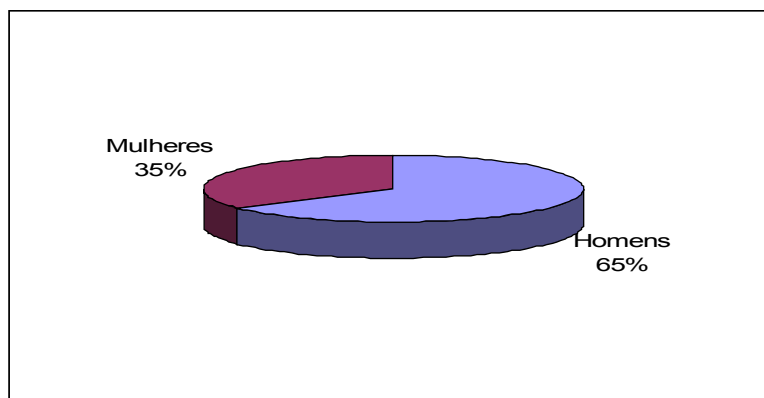
Pode-se perceber as diferenças de trabalho nos diferentes grupos de área observando o gráfico abaixo.

**Gráfico 04. Pessoal ocupado nos Estabelecimentos rurais conforme os grupos de área. Fonte: IBGE, 2000.**



O Número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais é de 16.843 trabalhadores, destes 11.049 trabalhadores do sexo masculino e 5.849 são trabalhadoras rurais, o gráfico abaixo representa o percentual desta diferença. Possivelmente, este dado se justifique por que as mulheres sempre desempenharam um papel mais próximo das atividades domésticas, apesar de muitas delas trabalharem de forma igualitária nas atividades desempenhadas pelos homens.

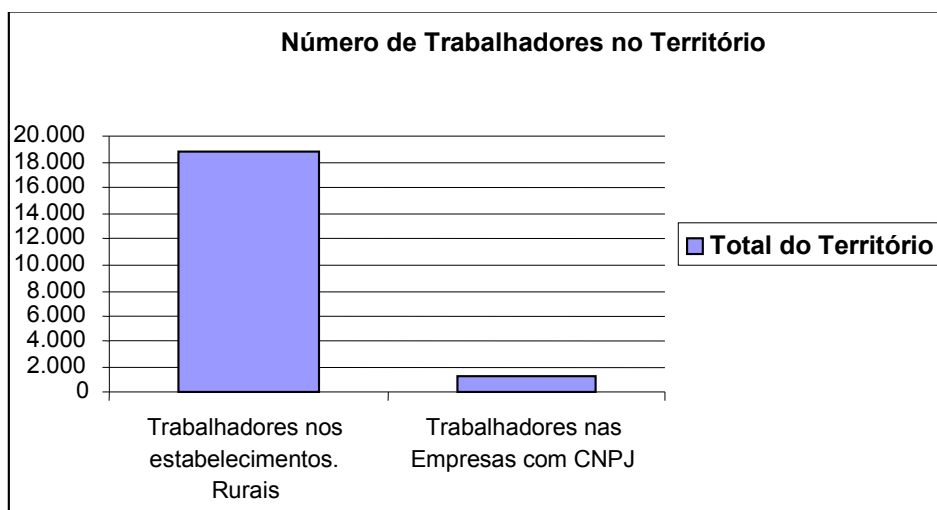
**Gráfico 05. Pessoal ocupado nos Estabelecimentos rurais conforme o sexo. Fonte: IBGE, 2000.**



Observa-se, que ao considerar a importância dos trabalhos formais, no território só trabalham

em empresas com CNPJ 1.012 pessoas, valor muito baixo quando comparado ao número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais e, nas empresas com CNPJ no estado, que é de 121.707 trabalhadores. No território, portanto, nota-se que para cada 1.859,1 trabalhadores, apenas 1 trabalha em empresas formais, no estado para cada 159,6 trabalhadores 1 trabalha em empresa com CNPJ, a informalidade é acentuada no território.

**Gráfico 06. Trabalhadores em estabelecimentos rurais e em empresas com CNPJ no território em estabelecimentos rurais. Fonte: IBGE, 2000.**



▪ **Programa Nacional de Crédito Fundiário.**

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, ainda está iniciando as suas atividades no Estado. Houve alguns seminários com a participação dos Movimentos Sociais e encaminhou-se um documento ao ministro, com as reivindicações e as adequações devidas à sua implementação. Uma delas é a inclusão do estado do Tocantins no Programa de Combate a Pobreza Rural - PCPR.

No Território do Bico do Papagaio e em outros locais do estado, as ações que havia eram referente ao Banco da Terra. Neste caso citamos os assentamentos ACOPLA, ACOPLA II, ACOPLA III, no município de Araguatins/TO.

No ano 2004 o estado efetuou a compra de algumas propriedades para o assentamento de famílias.

Existe uma demanda de 214 famílias cadastradas para serem assentadas nas ações do PNCF, isso de maneira geral no estado, tão logo o programa se consolide as ações estarão se intensificando inclusive nos territórios.

#### ▪ **A utilização das terras**

A base da economia do território é a agricultura, especialmente a agricultura familiar, com a existência de 66 Projetos de Assentamento do INCRA, 03 Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário um público, relativamente, numeroso de pequenos agricultores, pequenos proprietários, apicultores, bem como extrativistas que sobrevivem da coleta de coco babaçu, frutas e da pesca artesanal.

Com relação aos municípios localizados nas margens dos principais rios, por ocasião da sazonalidade e o surgimento das praias, durante os meses do verão torna-se um atrativo para o comércio de olerícolas<sup>12</sup> para os turistas nas temporadas, nos meses de julho e agosto.

#### ▪ **Convênios com o Governo Federal**

Estão previstos investimentos, na ordem de R\$ 936.552,00, estes investimentos são em Infra-estrutura do plano Regional de Reforma Agrária. O período de execução é para 2005, segundo o INCRA, algumas destas obras, já foram realizadas, ou em fase de planejamento, outras estão em andamento, devido aos problemas com o excesso de chuvas, o que dificultou a excussão das obras com máquinas pesadas. Como demonstra a tabela abaixo.

---

<sup>12</sup> Espécies de plantas utilizadas como hortaliças, geralmente pertencentes a várias famílias, dentre elas as *cucurbitáceas*, família das plantas na qual pertence à melancia.



**Tabela 08. Investimentos do INCRA (Plano Regional de Reforma Agrária), previsto para 2005, no Território Bico do Papagaio. Fonte: INCRA, Superintendência Regional 26, Palmas – TO.**

Especificação das Ações				Metas Físicas	Investimentos Previstos
Município	P. A.	Meta	Unid.	Quant.	Mil R\$
Araguatins	-	Estradas Vicinais	Km	11	154.000,00
Araguatins	-	Estradas Vicinais	Km	8	112.000,00
Araguatins	-	Estradas Vicinais	Km	9	126.000,00
Araguatins	-	Poço Artesiano		1	50.000,00
Araguatins	-	Sistema de Distribuição de Água	m	500	5.000,00
Augustinópolis	-	-	-	-	-
Aixá do Tocantins	Buritis	Sistema de Distribuição de Água	Km	3	30.000,00
Aixá do Tocantins	Santa Juliana	Sistema de Distribuição de Água	m	1500	16.087,00
Aixá do Tocantins	Santa Juliana	Estradas Vicinais	Km	10	140.000,00
Aixá do Tocantins	Santa Juliana	Poço Artesiano	-	1	50.000,00
Aixá do Tocantins	Boa Sorte	Sistema de Distribuição de Água	M	300	3.800,00
Aixá do Tocantins	Grotão	Poço Artesiano	-	1	50.000,00
Aixá do Tocantins	-	Sistema de Distribuição de Água	M	60	5.665,00
Buriti do Tocantins	-	-	-	-	-
Carrasco Bonito	-	-	-	-	-
Esperantina	Lago Preto	Estrada vicinal	Km	10	141.000,00
Esperantina	Tocantins	Poço Artesiano	-	1	50.000,00
Esperantina	Tocantins	Sistema de Distribuição de Água	M	300	3.000,00
Itaguatins	-	-	-	-	-
Praia Norte	-	-	-	-	-
Sampaio	-	-	-	-	-
São Miguel do TO	-	-	-	-	-
São Sebastião do TO	-	-	-	-	-
Sítio Novo do TO	-	-	-	-	-
<b>Total</b>					<b>936.552,00</b>

#### 4.1.7. ASPECTOS ECONÔMICOS

##### ▪ Finanças Públicas Municipais

Inicialmente, deve – se considerar a renda das pessoas, resultantes de trabalho, produção agropecuária e os programas de transferência de renda do governo federal.

O território possui incrementos, na ordem de R\$ 8.222.850,00, proveniente da renda das pessoas. O estado do Tocantins possui a renda da mesma fonte num total de R\$ 200.178.000,00, em percentual a renda do território não ultrapassa 4,1%, em relação ao estado.

O valor anual bruto da produção agropecuária no território é de R\$ 17.967.000,00, 5% em relação ao estado, que tem uma produção de R\$ 356.366.000,00.

Em relação ao estado, que tem uma renda per capita mensal de R\$ 173,00, a renda per capita mensal do território de R\$ 70,46, um valor correspondente a 40,7% em relação ao estado.

**Tabela 09. Renda Total, Per Capita por Município, Valor anual bruto da produção agropecuária em Reais por mês. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD e IPEA).**

Município	Renda Total <sup>1</sup>	Renda Per Capita <sup>1</sup>	VABP <sup>2</sup>
Araguatins	2.648,85	101,84	5.804
Augustinópolis	1.348,77	104,04	2.232
Axixá do Tocantins	654,52	74,15	1.770
Buriti do Tocantins	590,42	75,29	651
Carrasco Bonito	193,17	60,03	485
Esperantina	406,53	53,33	213
Itaguatins	464,77	72,78	1.748
Praia Norte	338,50	49,92	583
Sampaio	158,28	56,51	322
São Miguel do Tocantins	501,86	59,14	1.576
São Sebastião do TO	249,89	68,11	336
Sítio Novo do Tocantins	667,29	70,33	2.247
<b>a) Total do Território</b>	<b>8.222,85</b>	<b>70,46</b>	<b>17.967</b>
<b>b) Total do Estado</b>	<b>200.178,00</b>	<b>173,00</b>	<b>356.366</b>

1 - Em mil R\$/ mês

2 - Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária.

#### ▪ Produção Agrícola

Comum observar que nas entrevistas e nas conversas informais, a maioria dos agricultores familiares produzem os alimentos básicos, sendo a atividade econômica principal, os principais produtos são: arroz, feijão, milho e mandioca; pequenos animais; bovinocultura de dupla aptidão, apicultura e extrativismo, especialmente frutas nativas, babaçu e em menor número pesca artesanal.

Com relação aos produtos como o arroz, feijão, milho e pequenos animais, são produzidos somente para fins de subsistência, raramente comercializado o excedente, em função dos preços pouco atrativos, embora que no passado a produção de arroz tenha sido bastante comercializado.

Destaca – se a produção de mandioca, pois assim como os demais, ela é produzida pela maioria dos agricultores, constitui a base econômica das famílias e é definida como uma das cadeias produtivas de importância econômica para o território<sup>13</sup>, notando-se imensa importância econômica, social, ambiental e cultural.

O exemplo da mandioca, apicultura o extrativismo de babaçu e a pesca artesanal devem ser considerados também como atividade econômica principal, mas será tratada de forma contextualizada na análise sistêmica.

Sobre os aspectos produtivos da agricultura familiar do território do Bico do Papagaio, podemos dizer que os principais produtos da região são: a criação de gado, o plantio de roça, o extrativismo do babaçu, e a criação de abelhas. No plantio da roça encontramos a produção de grãos e raízes que são os componentes da cesta básica, como: arroz, feijão, milho, amendoim, mandioca e fava.

Parte desta produção é destinada à subsistência familiar, já o excedente da produção de farinha de mandioca é comercializado. A pecuária é a atividade econômica predominante nos municípios do território, destacando-se a criação de gado de corte.

O cultivo da melancia e outras hortaliças, no período da estiagem, abastecem alguns municípios através da venda em feiras livres. No entanto, parte desta produção é comercializada nas temporadas de praia dos rios Araguaia e Tocantins que compreende os meses de julho a setembro. O município de Axixá do Tocantins é um dos principais produtores de melancia, considerada como importante fonte de renda nesta época do ano, pois não se tem a possibilidade de trabalhar com outras atividades agrícolas.

---

<sup>13</sup> A Cadeia produtiva da mandioca, sempre teve seu destaque nas economias do território, com as discussões da CIAT, frente as definições das prioridades para os projetos 2005/2006, a cadeia da mandioca foi definida como prioridade para os referidos projetos, segundo os registros descritos nas atas e memórias destas reuniões.

Já as principais atividades da agricultura familiar que promovem certa estabilidade financeira são: além das já mencionadas anteriormente são a pesca artesanal, a criação de pequenos e médios animais, e frutas nativas.

#### ▪ **Produção Pecuária**

De um modo geral, foi possível perceber, que uma das principais atividades geradora de renda é a pecuária, particularmente dupla aptidão, ou seja, corte e leite. Percebe-se, que devido aos altos índices de tributação impostos ao setor pelo governo do estado, esta atividade encontra-se estabilizada, não proporcionando ganhos significativos aos agricultores e possivelmente ela venha a entrar em decadência nos próximos anos.

Uma outra possibilidade é que ela venha a ser uma atividade de complementação da renda dos agricultores, isto porque é uma atividade que não mostra um dinamismo capaz de manter a sustentabilidade econômica dos produtores.

Segundo informações do Plano de Desenvolvimento Sustentável da produção familiar rural da Amazônia – PROAMBIENTE, os agricultores que praticam esta atividade são definidos como dos “tipos 4 e 5, sendo uma atividade prioritária deste grupo de produtores, ocorrendo em pequena e grande escala e a renda é proveniente da venda de alguns poucos bezerros por ano e, alguns poucos casos da venda de leite”.

Em decorrência do incremento de créditos para a agricultura familiar, em especial o PROCERA e o PRONAF, houve um aumento considerável da quantidade de animais financiados, na maioria de aptidão leiteira, no entanto devido aos baixos preços pagos ao leite em função da logística de escoamento ser deficiente nos Projetos de Assentamento e nas comunidades rurais como um todo, houve uma notável tendência de substituição destes por animais de corte.

Outro fator que levou a este crescente processo de substituição na visão dos agricultores foi o fato de que os bezerros das raças “leiteiras” não possuem valor de mercado competitivo, diante dos bezerros das raças de corte ou mestiças.

## ✓ Bovinocultura

A bovinocultura houve um aumento na quantidade de animais, devido aos financiamentos de crédito *PROCERA* e *PRONAF-A* intensificados no início dos anos 90. Este gado, na sua maioria é de dupla aptidão, servindo tanto para corte e quanto para leite.

A produção de leite se concentra nos municípios de Araguatins, Augustinópolis, Sítio Novo do Tocantins, Buriti do Tocantins e Axixá do Tocantins. A quantidade de vacas ordenhadas em todo o território é de 28.250 animais, onde já há com uma cadeia bem delineada. A produção total de leite no território é de 17.530.000. o valor estimado com a produção de leite no território é de R\$ 4.908.585, enquanto que no estado este valor é de R\$ 72.833. 320,00.

A maioria deste leite é comercializada em Augustinópolis em algumas queijeiras ou nos dois laticínios, que absorvem a produção de leite da maioria dos municípios do território.

**Tabela 10. Produção de Bovinos no Território. Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2003.**

Municípios	Bovinos	Vacas de leite ordenhadas	Quantidade (mil litros de leite)	Valor do leite em R\$
Araguatins	94.000	6.800	3.590	1.005.312
Augustinópolis	50.100	4.000	2.880	806.400
Axixá do Tocantins	32.100	2.600	1.612	451.433
Buriti do Tocantins	34.980	2.500	1.720	481.600
Carrasco Bonito	12.200	1.400	1.110	310.800
Esperantina	23.440	2.000	1.190	333.200
Itaguatins	48.790	2.600	1.140	319.200
Praia Norte	7.100	700	420	117.600
Sampaio	8.000	800	576	161.280
São Miguel do TO	20.500	1.450	1.100	308.000
São Sebastião do TO	7.270	800	392	109.760
Sítio Novo do TO	33.000	2.500	1.800	504.000
<b>Território</b>	<b>371.480</b>	<b>28.150</b>	<b>17.530</b>	<b>4.908.585</b>
<b>Tocantins</b>	<b>7.659.743</b>	<b>435.006</b>	<b>201.282</b>	<b>72.833.320</b>

É importante destacar o programa Bacia Leiteira que foi criado pelo governo do Estado, em meados dos anos 90, com o propósito de atender aos produtores de leite em alguns municípios do Estado, dentre eles quatro municípios que fazem parte do território.

O objetivo do programa era fortalecer a cadeia produtiva do leite e funcionava da seguinte forma: cada produtor recebia 30 matrizes leiteiras financiadas. A associação recebia um caminhão para transportar o leite e um trator para fazer a manutenção das vias de acesso.

Segundo alguns agricultores familiares, o programa foi estrategicamente bem definido, no entanto, apresentaram falhas na gestão em todos os municípios contemplados. Dentre as razões para o seu insucesso, destacam-se: a não participação dos agricultores no processo de implantação; a presença de interesses políticos nas associações criadas para fazerem a gestão do programa em cada município; a intervenção de pessoas nestas associações que não tinham afinidade com a agricultura familiar; o alto custo dos materiais para operacionalização dos laticínios; e a baixa aceitação do leite pasteurizado pelos moradores da região, que possuem hábitos de consumo de leite in natura.

Em função deste programa foi construído um laticínio em Itaguatins, Sítio Novo, Axixá do Tocantins e Buriti do Tocantins, que era capaz de receber, processar e armazenar uma grande quantidade de leite. Atualmente este se encontra desativado, as máquinas da linha de produção que foram compradas eram despadronizadas e na época muito se gastou com consertos e adequações.

#### ✓ **Apicultura<sup>14</sup>**

Entre julho de 2002 e dezembro de 2003, o Brasil exportou 10.615 toneladas de mel, mas estima-se que o mercado internacional conseguirá absorver 170.000 toneladas por ano de mel oriundo do Brasil. Os principais compradores de mel do Brasil são (Alemanha, Espanha, Canadá, Estados Unidos, Porto Rico e México).

O território possui uma produção de mel de em dados contabilizados e oficiais segundo as estatísticas em 2003, na ordem de 7.860 kg, a produção de mel no estado é de 90.920 kg, o que rendeu R\$ 664.775,00, o território teve uma renda com a venda de mel no valor de R\$ 47.160,00, segundo a tabela abaixo.

---

<sup>14</sup>Contribuições do texto introdutório do Plano de Viabilidade Econômica Financeira e Social da Associações dos Apicultores do Bico do Papagaio - ABIPA, fevereiro, 2005

**Tabela 11. Produção de mel por município no território e no Estado. Fonte Pesquisa da Pecuária Municipal 2003.**

Municípios	Quantidade (kg de mel)	Valor de mel R\$
Araguatins	600	3.600
Augustinópolis	300	1.800
Axixá do Tocantins	2.780	16.680
Buriti do Tocantins	80	480
Carrasco Bonito	120	720
Esperantina	1.400	8.400
Itaguatins	-	-
Praia Norte	320	1.920
Sampaio	1.200	7.200
São Miguel do Tocantins	380	2.280
São Sebastião do Tocantins	80	480
Sítio Novo do Tocantins	600	3.600
<b>Território</b>	<b>7.860</b>	<b>47.160</b>
<b>Tocantins</b>	<b>90.920</b>	<b>664.775</b>

A falta de pastagem apícola<sup>15</sup> nos municípios ainda não compromete a produção. É preciso destacar a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio, a ABIPA. Que foi fundada em 1992, na cidade de Axixá do Tocantins, atuando em oito municípios e está organizada em 16 Núcleos com o objetivo de dar suporte Operacional e institucional aos apicultores da região.

Como resultado da organização dos trabalhadores rurais, a ABIPA chegou a ter 200 sócios, entretanto, alguns produtores não tinham perfil para a atividade, e restaram somente 89 sócios atuantes.

No início das suas atividades, a ABIPA comprava toda a produção de mel dos apicultores do Bico do Papagaio, entretanto a entidade vem enfrentando dificuldades financeiras e de gestão. Em função da crise, os apicultores foram desestimulados, houve queda da produção, diminuição do número de colméias produtivas e outros prejuízos. Esteve próxima a falência, no entanto, está se reestruturando com o apoio dos seus sócios.

<sup>15</sup> Outra nomenclatura utilizada para definir a florada, onde está a matéria prima para as abelhas fabricarem o mel.

Um dos maiores problemas é estrutural, a sede da associação não possui as especificações técnicas exigidas pelo Ministério da Agricultura, para a emissão do Selo de Inspeção Federal – SIF.

Está prevista a construção de um entreposto para processamento e armazenamento de mel para a associação, uma nova estrutura que irá atender aos apicultores do território e dos municípios vizinhos. Será feito com os recursos do PRONAF Infra-estrutura, será a sede definitiva da ABIPA, e será construída dentro das exigências e especificações legais.

Desta forma é necessário organizar a agroindústria para receber e processar o mel, o município considera muito importante a reorganização desta estrutura para o desenvolvimento de ações territoriais mais eficazes e consistentes, a apicultura nesta região é uma atividade capaz de promover a inclusão social de muitas famílias.

Atualmente a presidente da associação é uma mulher é uma mulher, o que demonstra o envolvimento do gênero feminino na atividade.

Além da comercialização de mel, que mostra mercado favorável, o consumo de insumos (apetrechos e equipamentos), e matéria prima para a atividade tem tido muita procura.

Ainda podemos dizer que o mel não é o único produto da apicultura, existe uma variedade de produtos, tais como:

Cera, utilizada pelas abelhas para fazer o fechamento dos favos alvéolos, pode ser usada para a indústria de cosméticos, medicamentos e velas; Própolis substancia resinosa, adesiva e balsâmica, coletada a partir de resinas encontradas nas partes jovens das plantas, sua principal função na colméia é fechar rachaduras e frestas protegendo a colméia de predadores, sua utilização é como bactericida e fungicida;

Pólen, gameta masculino das flores utilizado pelas abelhas na fase larval e abelhas adultas até 18 dias de idade. É um produto rico em proteínas, lipídios, minerais e vitaminas. Em virtude de seu alto valor nutritivo, pode ser usado para suplementação alimentar, comercializado em mistura com o mel, seco, cápsulas ou tabletes. Não existem dados sobre a produção e comercialização deste produto;



Geléia Real substancia produzida pelas glândulas hipofaríngeas e mandibulares das abelhas operárias com até 14 dias de idade, na colméia é utilizada como alimento das larvas e da rainha. Constituída basicamente de água, carboidratos, proteínas lipídios e vitaminas, a geléia real possui cor branco-leitosa e sabor ácido forte. Embora não seja encontrada na colméia como o mel e o pólen, é produzida por alguns apicultores para a comercialização, *in natura*, misturada ao mel ou mesmo liofilizada. A indústria de cosméticos e medicamentos também a utiliza na composição de diversos produtos. Vale destacar que é um dos produtos mais valiosos da apicultura;

Apitoxina é o veneno das abelhas operárias de *Apis mellifera* purificado, o veneno é uma substancia transparente solúvel em água, composto de proteínas, polipeptídios, constituintes aromáticos, aminoácidos, lipídios, enzimas, sendo produzido nas glândulas de veneno nas duas primeiras emanas de vida da operária e armazenado no “saco de veneno” situado na base do ferrão, cada operária produz 0,3 mg de veneno. O preço no mercado é bastante atrativo, pois a Apitoxina é utilizada no tratamento de reumatismos, embora a sua extração e comercialização seja dificultada, pois ao contrário dos outros produtos apícolas o veneno deve ser comercializado para farmácias de manipulação e indústrias de processamento químico, em função de sua ação tóxica.

Alem da diversidade de produtos que a apicultura oferece a ABIPA também poderá comercializar com os associados e não associados os equipamentos e insumos para a atividade da apicultura. É a única Entidade no mercado regional de insumos e matéria prima para a produção apícola, tornando o mercado favorável à organização, não existindo nenhuma concorrência direta na atividade.

#### ▪ Extrativismo

O extrativismo de babaçu se concentrou durante as décadas de 70 e 90, é uma atividade realizada predominantemente por mulheres camponesas da região, onde cada uma delas produzia em média 12 a 15 kg de amêndoas, após a quebra do coco por dia. Das amêndoas dos frutos desta palmeira, extraem o óleo, utilizado para a produção de cosméticos, sabão e na alimentação, da casca se

produz o carvão, utilizado como energia calórica, o mesocarpo, utilizado como alimento e as folhas são utilizadas para cobertura de casas.

No período compreendido entre 1991 a 1995 foi fundada a ASMUBIP que começou com 160 sócias, mas atualmente são 860 sócias, distribuídas em 45 núcleos em 11 municípios do Bico do Papagaio. O centro das atenções sempre foi o processo de organização e fortalecimento da base. A entidade foi fluindo e um número cada vez mais freqüente de mulheres aderiu à atividade, chegando a “garantir o mercado de coco na região” e tornando-se um referencial para as organizações locais.

A safra do coco babaçu se concentra entre os meses de maio a novembro. Em cada período de safra, ou ciclo de produção, quando não há problemas com a disponibilidade de capital de giro a ASMUBIP, processa algo próximo a 100 toneladas de castanha, o que equivale a uma produção de 50 toneladas de óleo.

O trabalho desta associação, teve início motivada pela vontade de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, buscando discutir suas demandas frente à sociedade, a proteção do babaçual ameaçada pelos fazendeiros, pelos grandes projetos e a necessidade de geração de renda, visto que a população envolvida com o extrativismo do babaçu é normalmente a que vive em situação mais precária em termos de renda.

O preço da amêndoa varia normalmente entre R\$ 0,25 R\$ 0,80/kg por kg e o litro de óleo fica em torno de R\$ 2,50.

O babaçu é um dos principais produtos da agricultura familiar no território, tanto para agricultores que possuem terras, como para aqueles que são considerados trabalhadores rurais sem terra.

A entidade já recebeu apoio financeiro de diversas entidades, como: o PPP, coordenado pelo ISPN, Projetos Demonstrativos da Amazônia – PD/A do PPG7, CESI, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, entre outros.

No entanto, mesmo tendo ocorrido aporte de recursos de financiamentos não reembolsáveis, a associação das mulheres passou por sérios problemas com falta recursos. A estrutura que havia sido articulada para o fortalecimento das agricultoras familiares, como a compra direta de amêndoas, os núcleos na maioria dos municípios, e o sistema da cantina foram fortemente fragilizados. A ASMUBIP

tem diminuído drasticamente a compra do coco, pois com a falta de recursos não podem pagar um valor justo pela compra da matéria prima, ou seja, as amêndoas.

Com isto, a iniciativa privada implanta uma empresa na cidade de Tocantinópolis, a TOBASA, com poder competitivo para comprar os produtos, como as amêndoas e o coco inteiro das quebradeiras pagando-lhes um valor maior, isto no início das suas atividades, em meados da década de 90, o que promoveu uma pressão sobre a ASMUBIP, diminuindo seu poder de compra de amêndoas.

Assim, devido à falta do processamento pela ASMUBIP e pelos baixos valores pagos às amêndoas, as quebradeiras preferem vender o coco inteiro para a TOBASA, pois recebem um valor relativamente mais vantajoso do que se venderem para a associação.

Mas, vender o coco para a TOBASA, tem inúmeras desvantagens, dentre elas: o carvão não será mais aproveitado pelas famílias, as quebradeiras precisam catar um volume muito maior de coco para obterem uma pequena margem de lucro, não fortalecem a associação.

Atualmente, os grandes desafios da organização estão relacionados aos aspectos gerenciais da atividade comercial, principalmente a gestão e manutenção dos recursos destinados ao capital de giro, fundamentais para o funcionamento contínuo de um processo de desenvolvimento sustentável.

Como desafio foi colocada pela entidade a preservação ambiental, a garantia de um preço mínimo que propiciasse renda para a população envolvida na atividade, a busca pela aprovação da lei do babaçu livre<sup>16</sup> em trâmite há anos no Congresso Nacional.

A atividade extrativista se concentra, principalmente, na atividade de frutas nativas regionais, como: bacaba, bacuri, pequi-da-mata, taturubá, murici<sup>17</sup>, onde é praticada por 13,4% da população, 1,2% da população praticam Apicultura; 1,2 %

<sup>16</sup> Esta lei é uma antiga reivindicação das quebradeiras de coco pertencentes ao MIQCB. O processo de articulação para criação desta lei ocorreu no início da década de 90. O MIQCB abrange os estados de Tocantins, Piauí, Maranhão e Pará. O motivo principal para tal atitude, se dá em função de que muitos fazendeiros destes quatro estados não reconhecem o babaçu como livre e de acesso a todas as quebradeiras de coco, impondo proibições e restrições à atividade extrativista. Com a aprovação desta lei em nível federal espera-se que o babaçu possa ser acessado por todas as quebradeiras, haverá uma redução no desmatamento e garantirá a sobrevivência de milhares de trabalhadoras rurais. Alguns municípios já editaram leis semelhantes, mas a abrangência é muito restrita.

<sup>17</sup> Informações, com base no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Agricultura Familiar do Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio – PROAMBIENTE.

trabalham com atividade extrativa de babaçu e 0,6 % praticam a pesca artesanal como atividade principal ou complementar dependendo da época<sup>18</sup>.

Com relação ao coco babaçu nota-se, que quase todos os municípios do território, são ocupados por florestas de babaçuais que se estendem até aos estados do Maranhão, Piauí e Pará.

Destas florestas, ocorre a atividade intensiva de extrativismo de coleta do coco babaçu, para o processamento, extração de óleo e outros produtos como a palha para a cobertura de casas, artesanato e carvão, que são utilizados pelos próprios produtores extrativistas do território, onde 94,5% declararam utilizar pouco, algum ou muito carvão, que é produzido através da casca (parte dura), do coco após a quebra para a retirada da amêndoa ou baga.

“A atividade revela-se mais constante, na distribuição dos percentuais de contribuição para a renda familiar, declarados pelos produtores, observa-se que tanto há extrativistas que obtém sua renda quase exclusivamente de babaçu como aqueles que só tiram dessa atividade uma pequena parcela de sua renda familiar”.

#### ▪ **Produção Pesqueira**

Em todos os municípios que se localizam às margens dos rios Araguaia, Tocantins e em outros rios, existem pescadores artesanais. No território, os municípios localizados nas margens destes rios, bem como aqueles que dispõe de lagos naturais existe a pratica intensamente de atividades de pesca.

Com o crescimento populacional decorrente da criação de assentamentos a pressão sobre este recurso aumentou para atender para as demandas, tanto para o consumo familiar como para a venda. Soma-se a este fato, a exploração pelos pescadores profissionais de grande porte que utilizam redes de arrasto e outras práticas intensivas de exploração. Com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, já se constata a diminuição da quantidade de peixes nos rios e lagos.

---

<sup>18</sup> *Mapeamento participativo do Extrativismo no Tocantins, agosto de 2003 – ISPN.*

Mas nem todos os pescadores estão organizados em Colônias<sup>19</sup>, atualmente, um amplo processo de organização está em curso, começando pelo cadastramento, no sentido de fazer com que estes pescadores possam ter acesso às carteiras profissionais de pescadores, uma vez que nos meses de novembro a fevereiro no Tocantins que acontece o período da Piracema, (Regime natural do defeso dos peixes, regulamentado pelos órgãos ambientais).

Desta forma os pescadores têm o auxílio defeso por não ser permitida à pesca neste intervalo de tempo. A maioria utiliza este período para fazerem outras atividades, inclusive o preparo dos materiais para as temporadas de pesca subseqüentes.

A Secretaria de Aqüicultura e Pesca – SEAP tem intensificado suas ações de organização e de mobilizações em todos os municípios localizados às margens dos principais rios do estado, em especial nos municípios localizados às margens dos rios e lagos no território.

Embora exista uma carência de dados concretos sobre a produção de pescado algumas colônias enviam os relatórios parciais de suas movimentações para a SEAP, como é o caso de Araguatins, que em novembro de 2002, a produção semanal foi de 2.500 kg, de pescado todas as espécies e em São Sebastião do Tocantins, a produção neste mesmo período foi de 1500 kg semanal. No estado atualmente tem 2.369 pescadores que são registrados pela SEAP.

No passado, os pescadores foram seriamente investigados pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, os técnicos deste órgão agiam de forma coesiva e impositiva contra os pescadores, tomando apetrechos e equipamentos porque suas ações sempre foram fiscalizadoras e pouco educativas.

Com a suspensão da pesca na época da piracema os pescadores foram conscientizados e pode se observar um repovoamento natural das espécies peixes nos Rios da região, mas em quantidade ainda muito tímida em função das ações de pesca intensivas no passado.

O pescado na sua grande maioria é comercializado na própria comunidade, com uma comercialização mais acentuada somente em alguns municípios, apesar

<sup>19</sup> Termo utilizado pelos pescadores para denominarem sua forma de organização. É classificada pela letra Z, de zona (com números em ordem crescente).

das ações de pesca ser constantes durante o período que antecede ou sucede o período do defeso.

Diante disto, as colônias devem se organizar no sentido de buscar apoio para alternativas que agreguem mais valores ao pescado, na tentativa de minimizar os impactos aos estoques pesqueiros. Também deveriam ser priorizadas alternativas para a criação de peixes em escala intensiva para também haver redução a estes impactos.

A ineficiência da fiscalização ambiental pelos competentes leva ao agravamento da situação, podendo numa perspectiva a médio e longo prazo comprometer definitivamente a população de peixes. A construção de inúmeras usinas hidrelétricas ao longo dos rios Tocantins e Araguaia desenha um cenário pouco promissor no sentido de manter o potencial piscícola dos rios e lagos do território.

**Tabela 12. Quantidade de Pescadores registrados na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP. (Registro Geral de Pesca). Fonte: SEAP, Palmas 2005.**

Municípios	Colônia	IBAMA <sup>1</sup>	DFA	SEAP	
				2004	2005
Araguatins	Z01	229	286	222	130
Augustinópolis	-	-	-	-	-
Axixá do Tocantins	-	-	-	-	-
Buriti do Tocantins	-	-	-	-	-
Carrasco Bonito	-	-	-	-	-
Esperantina	Z21	-	-	79	46
Itaguatins	Z12	-	-	-	05
Praia Norte	Z27	-	-	-	-
Sampaio	Z26	-	-	03	-
São Miguel do Tocantins	Z23	-	-	-	-
São Sebastião do Tocantins	Z11	-	-	32	-
Sítio Novo do Tocantins	-	-	-	-	-
<b>Total do Território</b>	-	<b>229</b>	<b>286</b>	<b>336</b>	<b>181</b>
<b>Total no Estado</b>				<b>1000</b>	<b>2369</b>

<sup>1</sup>Anterior ao período de atuação da SEAP, os registros dos pescadores era feito pelo IBAMA e pela DFA.

## ▪ **Sistemas Produtivos Agrícolas**

### ✓ **Mandioca**

O cultivo da mandioca é considerado uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores do território do Bico do Papagaio, destinada tanto para a subsistência quanto para a comercialização de farinha e derivados. Entre eles podemos citar: o polvilho, a puba<sup>20</sup> e os restos industriais utilizados na alimentação animal.

O território possui tipos de solo que favorecem o cultivo da mandioca e a maioria dos agricultores possuem aptidão para o trabalho com esta cultura. Entretanto, a produção apresenta ainda alguns problemas como a falta de organização e a baixa qualidade do produto.

O sistema de plantio é a roça de toco (derruba e queima), após o investimento das linhas de crédito do PRONAF, foi gradativamente sendo substituído pelo sistema da roça mecanizada.

Geralmente a colheita é realizada de acordo com a necessidade financeira dos agricultores e com a capacidade do mercado em absorver a farinha.

Foi possível perceber que a produção da farinha de mandioca nos municípios do território tem potencial de atender a maiores mercados consumidores da região, como Palmas e Imperatriz, no Maranhão.

Existem alguns entraves que impedem o desenvolvimento da cultura da mandioca no território, entre eles está a falta de recursos para a construção e ampliação das casas de farinha, aquisição de insumos para o plantio em roças mecanizadas, que poderiam estimular a produção, apesar do PRONAF crédito vir estimulando esta produção.

Encontramos ainda algumas comunidades em que os agricultores estão preocupados com o pagamento dos créditos de financiamento, especialmente o crédito do Programa Compra Antecipa da Agricultura Familiar (CAAF), implementado pela CONAB<sup>21</sup>.

Outro problema que preocupa os agricultores é a falta de terras para a produção da mandioca, pois parte dos trabalhadores vivem na zona urbana e a

<sup>20</sup> Massa de mandioca utilizada para fazer bolos e outros alimentos.

<sup>21</sup> Companhia Nacional de Abastecimento

única alternativa é a prática do trabalho por comodato<sup>22</sup>, em alguns municípios esta prática “obriga” os trabalhadores a se desgastarem ao máximo para tirar a produção num curto espaço de tempo.

A organização dos trabalhadores em associações e cooperativas é um dos elementos que propiciam esta produção, uma vez que a APA-TO tem feito um trabalho de organização da produção no município de Axixá do Tocantins.

O trabalho inicial está sendo feito com produtores de farinha, preparando as famílias e discutindo estratégias em conjunto para alcançar novos mercados, no sentido de organizarem a produção.

Nota – se um grande interesse dos agricultores em torno do seu fortalecimento, principalmente, depois que foi feito um seminário sobre a produção de mandioca, onde houve troca de manivas<sup>23</sup>; diagnósticos; cursos de aperfeiçoamento com especialistas em higiene da farinha e reuniões de intercâmbio. Depois os produtores foram estimulados a melhorarem os processos produtivos para alcançar novos mercados, posteriormente a este processo de organização, poderá haver uma super produção e um processo de comercialização consolidado.

Paralelamente, a este trabalho a APA -TO vem desenvolvendo ações no sentido de fortalecer outras cadeias produtivas, como a do mel, em Araguatins e Axixá do Tocantins, o extrativismo do babaçu, em São Miguel do Tocantins. A tabela abaixo mostra a produção de mandioca, no Brasil, em dois diferentes períodos.

**Tabela 13. Área plantada, área colhida, Produção e Produtividade de mandioca no Brasil, em dois diferentes anos. Fonte IBGE, 2003.**

Cultura	Área Cultivada (ha)		Área Colhida (ha)		Produção (t)		Produtividade (kg/ha)	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Mandioca	25.665	-	13.257	14.766	195.969	215.561	195.869	215.561

<sup>22</sup> Comodato, empréstimo da terra por um fazendeiro para o cultivo temporário, em troca os trabalhadores tem que deixar a terra formada com pastagem.

<sup>23</sup> Parte vegetativa das plantas de mandioca, utilizadas como “sementes” para a formação de novas roças.



## ▪ **Beneficiamento da Produção**

### ✓ **Leite**

A atividade de produção de leite, oriunda da atividade pecuária, como citado anteriormente já é uma cadeia produtiva bem definida em alguns municípios, mas por uma série de problemas ela ainda é fragilizada, o principal deles é a falta de uma malha viária capaz de transportar o leite a distâncias maiores.

Outro percalço da cadeia produtiva do leite é a falta de tanques resfriadores em lugares estratégicos, para absorverem o leite dos agricultores familiares, armazenar e levar aos laticínios<sup>24</sup>.

De um modo geral, foi possível observar que o processamento do leite que tem fins comerciais é feito em dois laticínios em Augustinópolis, os principais produtos são: leite pasteurizado, iogurtes e queijos, sendo o preço pago ao produtor quase sempre definido pelos próprios laticínios.

Entretanto, alguns produtores produzem leite *in natura*, para o consumo da família, ocasionalmente, vendem de porta em porta nas cidades mais próximas das comunidades rurais, bem como doces, etc. Produzem-se também iogurtes e queijos de fabricação artesanal, que são comercializados nas próprias cidades do território. Os agricultores não cogitam a necessidade de grandes investimentos específicos nesta cadeia em vista de sua importância não ser limitante, uma vez que as outras cadeias, também já consolidadas, merecem maior atenção. Pois caracterizam o sistema de produção da agricultura familiar, mantêm o dinamismo econômico, a diversificação da produção, atividades geradoras de renda e trabalho, e cadeias com seu incalculável valor tradicional.

### ✓ **Mandioca**

A cadeia produtiva da mandioca pode ser considerada como a principal atividade de produção da agricultura familiar no território e no estado.

---

<sup>24</sup> Relato dos próprios produtores.

A mandioca é cultivada em roças de toco, lavouras mecanizadas e até em fundo de quintais. O principal produto oriundo do seu processamento é a farinha de mandioca, com diversas classificações, indo de farinhas mais finas até farinhas mais grosseiras.

Desta classificação resulta a maior ou menor procura, dependendo da região do país na qual ela é comercializada. Nos estados do sul do país, a procura é por farinhas mais finas, nos estados da região Norte e Nordeste a farinha mais procurada tem uma consistência mais grossa.

Outros produtos da mandioca que precisam ser mencionados são o polvilho e a puba, produzidos em grandes quantidades, mas as informações em relação a estes dados são bastante escassas, necessitando fazer estudos mais aprofundados a este respeito.

O processamento da farinha é feito, na maioria, em pequenas fábricas com aviamentos artesanais, nos fundos de quintais e nas propriedades rurais que cultivam a mandioca, com pouco ou nenhum processo automatizado, o que leva o dobro do tempo para ser produzida. As casas de farinha ou farinheiras como são chamadas pelos agricultores, composta por áreas pequenas, não ultrapassando 50 m<sup>2</sup> de área construída.

Existe também a produção em casas de farinha particulares, no entanto este processo eleva o custo de produção em 26%, pois além do transporte ida e volta, há a existência do aluguel para o processamento desta.

Os equipamentos básicos encontrados nestas casas são: um forno, uma prensa, uma raladeira para a extração da massa de mandioca, usada para a produção de farinha branca, (seca ou doce) ou em mistura com a puba. Desta massa também se retira o polvilho após o processo de decantação, por ocasião de lavagens e prensagens. Alguns tanques usados para amolecer as raízes, das quais se extrai a puba, matéria prima para a produção da farinha de puba (ou azeda).

Nesta atividade há o envolvimento de toda a família, entre jovens, senhores e crianças, agregando a mão de obra familiar.

Em alguns municípios foram ou estão sendo construídas casas de farinha, financiadas com recursos do PRONAF Infra-estrutura, para atender aos trabalhadores residentes na zona rural e zona urbana, mas estas estruturas estão

deficientes, pois houve erros na sua construção e boa parte das obras tem que ser readequadas para evitar desperdícios, gastos desnecessários e que atendessem aos agricultores familiares.

Especialmente, no município de Axixá, por ocasião do trabalho da APA-TO, estão discutindo a construção de mini fábricas padronizadas, de acordo com os padrões de higiene. Nos outros municípios, outras fábricas de farinha também serão construídas, sendo que estas casas em locais centrais e longe da zona rural têm provocado desestímulo aos agricultores.

Desta forma, é importante notar que faltam alguns incentivos para fortalecer e consolidar a cadeia da mandioca, mas que serão disponibilizados nos projetos 2005/2006 do PROINF.

É necessário que as obras civis das casas de farinha sejam mais discutidas com a comunidade, bem como a escolha do local para as construções das mesmas. Foi possível perceber que muitas destas obras não estão servindo para atender aos propósitos, de sua implantação.

#### ✓ **Extrativismo do babaçu**

O extrativismo do babaçu é amplamente difundido na região do Bico do Papagaio, seu processamento é feito de acordo se descrevem a seguir:

Para o consumo das famílias, a produção de óleo se desenvolve a partir do processo de quebra, torrefação e cozimento. A quebra é realizada em pontos estratégicos, as amêndoas são transportadas, torradas e em alguns casos utilizando-se o carvão do próprio coco para a retirada do óleo ou azeite, onde o coco triturado ou pisado e é colocado em tachos que passam por um processo de cozimento e extração do óleo através de água fervente. Este procedimento é totalmente artesanal e rústico, não envolvendo gastos adicionais ao processo de extração.

As duas usinas de extração de óleo de babaçu, existentes no território, no município de São Miguel do Tocantins apresentam as mesmas características. As prensas têm capacidade de processar 1.000 kg de amêndoas por dia, totalizando 15.000 kg de óleo de babaçu por mês e funcionam com a energia gerada com a própria casa do babaçu. A ASMUBIP possui um galpão com capacidade de

armazenamento de 40.000 kg, dois tanques e vários tambores com capacidade de armazenar 25.000 litros de óleo. As usinas têm alcançado rendimento na extração de óleo, em torno de 50 a 58%, e da torta do babaçu em torno de 35%, tendo a capacidade de obter mais de 10 toneladas de torta por mês.

As prensas são operadas por pelo menos dois funcionários. A ASMUBIP dispõe de um caminhão (com capacidade de transportar 4.500 kg de amêndoas) para efetuar a compra das amêndoas nos núcleos das quebradeiras de coco, existentes nos municípios. Enquanto que a CASB paga frete de caminhão para efetuar esta compra. A mini indústria da CASB está adaptada para gerar energia para a comunidade a partir do carvão do coco babaçu e para extrair óleo de diversas oleaginosas.

A TOBASA além de comprar as amêndoas, compra também grandes volumes de coco inteiro em toda a região do Bico do Papagaio. Uma das estratégias usadas para facilitar a compra é colocar containeres em diversos lugares, que são preenchidos nas comunidades e levados posteriormente para a agroindústria em Tocantinópolis.

A TOBASA tem investido do compra do coco inteiro. Para as quebradeiras de coco, esta mudança no extrativismo de babaçu é considerada como uma grande ameaça para sua sobrevivência, sendo destacados quatro pontos:

- a) Transformação das quebradeiras de coco em simples catadeiras, podendo ser “substituídas” pelas vantagens físicas para exercer esta atividade;
- b) Aumento na restrição ao livre acesso aos babaçuais pelos fazendeiros;
- c) Redução na renda familiar com o coco babaçu<sup>25</sup>;
- d) Impossibilidade de explorar os subprodutos do babaçu, como carvão, mesocarpo, óleo, etc.

### ✓ **Apicultura**

---

<sup>25</sup> (14 jacar de coco inteiro equivale a 29 kg de amêndoas e 21 latas de carvão, os quais apresentam uma renda de R\$ 39,85, enquanto que se vendido para a TOBASA, as quebradeiras só ganhariam R\$ 14,00). Fonte APA-TO, Plano de Desenvolvimento Local – PROAMBIENTE, fevereiro de 2003.

Jacar é um cesto grande feito de cipó que é disposto na cangalha (uma forma de arreata ou sela), dos animais de serviço para transporte de produtos diversos.

A apicultura sempre foi praticada pelos agricultores, sendo que atualmente com menor frequência, devido à diminuição de colméias no ambiente natural. A apicultura se adequou perfeitamente ao itinerário técnico dos agricultores (as) familiares. A Safra de mel ocorre de maio a agosto, período em que as demandas por mão de obra familiar nas roças diminuem além de ser considerada uma atividade de fácil manejo.

Esta atividade tem garantido renda complementar para inúmeras famílias, o seu processamento é feito na sede da ABIPA, que dispõe de uma sala de decantação e envase; sala para produção de cera alveolada e sala para produção de mel em saches, além de escritório, banheiros e cozinha. O mel comprado dos sócios, que estão organizados em núcleos, passa por processo de decantação e envasamento, segue para a comercialização. A ABIPA tem capacidade de armazenar até 800 kg de mel.

Existe uma casa de mel em Axixá do Tocantins, funcionando e uma em Esperantina, fechada e fora do padrão exigido pela legislação.

Anteriormente, o mel era extraído das colméias, passado por processo de centrifugação, e posteriormente colocado em vasilhames de pelo menos 2 litros e é levado para a ABIPA.

Mas é preciso destacar que nem todos os apicultores estão processando o mel na ABIPA, em função de alguns de fatores, um deles é o baixo preço pago ao produtor pela associação, devido ao processo de fragilidade ocasionado à instituição em função de problemas comentados no item (sistema de produção).

Recentemente foi feita a inauguração de uma unidade de processamento de mel na Vila Falcão, no município de Araguatins – TO, financiada com recursos do PRONAF Infra-estrutura, que atenderá a todos os apicultores daquela comunidade. O trabalho na vila Falcão se iniciou por intermédio projeto PAC, Projeto Abelhas do Cerrado, apoiado pelo PPP, e incentivado pela APA-TO, atualmente eles estão preparados para produzir, processar e comercializar seus próprios produtos.

A intenção desde o início, sempre foi promover a preservação das espécies de abelhas nativas e africanizadas, gerarem alternativas de renda para as famílias que estão organizadas o que vem demonstrando excelente capacidade produtiva, no entanto a parceria com ABIPA continua forte e consolidada.

## ✓ Pesca Artesanal

O pescado, mesmo constituindo uma das importantes cadeias produtivas em alguns municípios. Não existe ainda uma definição com relação ao processamento, pois o pescado na sua grande maioria é comercializado in-natura, utilizando-se gelo como forma de conservação. Em São Sebastião do Tocantins, o PRONAF Infra-estrutura financiou uma fábrica de gelo que tem atendido a demanda dos pescadores. No município também, há alguns produtores que processam através de máquinas a carne do peixe, produzindo lingüiças e outros derivados, que apresenta um alto valor agregado.

Esta tem sido uma preocupação dos pescadores, pois com a diminuição dos estoques pesqueiros é necessário se intensificar a criação de novas alternativas para diminuir os impactos ambientais, ocasionados aos rios por ocasião das pressões da pesca artesanal, mesmo que racional.

Neste sentido, a SEAP vem buscando capacitar os pescadores artesanais para estas novas alternativas e o passo inicial é o fortalecimento institucional, através das Colônias de Pescadores.

### ▪ Atividades não Agrícolas

Outra atividade não agrícola desenvolvida no território com destaque, temos os artesanatos a partir do babaçu (porta panelas, bolsas, bijuterias, chapéus, utensílios domésticos, entre outros), sementes nativas para bijuterias, materiais reciclados, e vários outros derivados dos recursos naturais renováveis que perpassem os limites da criatividade das artesãs.

### ▪ Comercialização e Abastecimento

Como citado anteriormente a produção familiar no território, é caracterizada por uma diversificação da produção e que os principais produtos são subdivididos nos subsistemas mais importantes como: a criação de gado, o plantio de roça, o extrativismo de babaçu, a criação de abelhas e a pesca artesanal.

Um fator de grande influência na dinâmica da produção e comercialização dos municípios do Bico do Papagaio é a proximidade com a cidade de Imperatriz, maior cidade do sul do Maranhão, com cerca de 200.000 habitantes. Localizada a cerca de 10 km de São Miguel do Tocantins e a 50 km de Axixá do Tocantins.

Atrai muitos produtos e consumidores da região do Bico do Papagaio, pois está bastante estruturada economicamente. Por isso é o principal pólo comercial de toda a região do Bico. A cidade de Araguaína, distante a 300 km da região mais central do Bico, também influencia na dinâmica de comercialização dos agricultores, de forma mais tímida, em função da distância, assim como de Marabá localizada a 90 km, no estado do Pará.

Os principais produtos comercializados são: bezerros, leite, amêndoas de coco babaçu, farinha de mandioca, mel, pescado e algumas olerícolas.

A produção de grãos pelos agricultores familiares do Bico do Papagaio, tem sofrido grande queda nos últimos anos e, atualmente não consegue abastecer o mercado local, pois o que é produzido é destinado para a alimentação da própria família. Por outro lado a produção de bezerros e leite entre os agricultores familiares aumentou significativamente nos últimos anos.

#### ✓ Leite

O leite que é excedente da produção familiar é comercializado para os laticínios, principalmente em Augustinópolis, *in natura* de porta em porta e para as queijeiras que são pequenas unidades de transformação de leite, sendo que sua capacidade diária de processamento de leite é de 40 a 100 litros. Os proprietários destas unidades têm se especializado na produção de queijo, coalho, requeijão e queijo mussarela. Nenhuma destas queijeiras estão legalizadas. O alto custo para sua regularização tem dificultado o registro de suas unidades.

#### ✓ Bezerros

A produção de bezerros é um dos principais produtos dentro do sistema de produção da agricultura familiar no território, pois o gado é considerado por muitos

agricultores uma espécie de poupança, pois permite rápida comercialização em caso de necessidades urgentes (doenças entre familiares por ex.).

A venda de bezerros brancos é mais fácil e mais valorizada que a venda de bezerros cruzados. Entre os cruzados valorizam-se mais as fêmeas.

Os principais compradores de bezerros são os atravessadores, que vendem para médios e grandes criadores com uma margem de lucro sobre o negócio. O preço do bezerro branco do produtor para o atravessador varia de R\$ 230,00 a R\$ 250,00, estima-se que do atravessador ao fazendeiro há um ganho de 12%. O preço do bezerro cruzado gira em torno de R\$ 150,00. Estes valores são referentes a fevereiro de 2003, no entanto nota-se que atualmente estes valores permanecem com uma certa semelhança. Estes animais são comercializados com idade que variam de seis a oito meses.

O agricultor familiar funciona como fornecedores de bezerros para os fazendeiros, que os terminam, ou seja, engordam e vendem para os frigoríficos com idade variando de dois a dois anos e meio.

#### ✓ **Mandioca**

Na região predomina-se a comercialização da farinha de puba e secundariamente a farinha branca. Além destes dois produtos também são comercializadas a tapioca (polvilho) e a raiz da mandioca mansa *in natura*.

Os municípios de Axixá do Tocantins e Esperantina são os principais produtores de farinha.

Em Axixá do Tocantins cerca de 68% da produção de farinha é consumida no próprio município, enquanto que em Esperantina a maior parte da produção é destinada para outras cidades. Apesar, de o mercado local ser totalmente abastecido pela produção do município.

No caso de Axixá do Tocantins, maior parte da farinha comercializada é vendida nas feiras, podendo ser comercializada em saca de 60 kg ou prato (correspondente a 1,5 kg). Em Esperantina, é mais freqüente, a compra de farinha no pé do forno. A farinha é comercializada também nas vendas e supermercados da cidade. O preço da farinha de puba varia de R\$ 25,00 a R\$ 50,00 e o prato



entre R\$ 1,20 e R\$ 1,50, o prato de tapioca é vendido a R\$ 2,00, e na venda da saca de 60 kg, o preço varia de R\$ 35,00 a R\$ 50,00<sup>26</sup>.

É comum observar que após a feira, a farinha que sobra, é comercializada para pequenos comerciantes, com os valores variando de acordo com a quantidade de farinha ofertada. Geralmente, esta farinha é trocada por mercadorias diversas.

A farinha comercializada é transportada das comunidades até a feira através de caminhonetes alugadas a um preço que varia de R\$ 1,00 a R\$2,00 por saca de 60 kg.

Uma outra forma de comercialização da mandioca é roça, que é vendida para outros trabalhadores como matéria prima para a produção de farinha.

Com a implementação do trabalho da APA-TO, na região de Axixá do Tocantins, vai ser possível se consolidar e fortalecer ainda mais a cadeia da mandioca, alcançando outros mercados potencialmente consumidores e comercializar uma quantidade maior, com qualidade de valores justos.

### ✓ **Apicultura**

O mel tem sido um dos produtos que tem garantido a renda de muitas famílias no território do Bico do Papagaio. Os Apicultores comercializam o mel diretamente para os consumidores, para estabelecimentos comerciais e quando sócios da ABIPA diretamente para a associação. O mel comercializado para a ABIPA, geralmente 'e em volume maior.

A ABIPA tem atuado como um agente de comercialização do mel dos apicultores, vendendo principalmente para os municípios da região. Todavia, vem enfrentando algumas dificuldades, dentre as quais o baixo volume de mel estocado, o que tem dificultado a negociação com contratos maiores. Um dos fatores que ocasionam este problema é o preço pago pelo mel aos sócios, os quais consideram baixo. Outro ponto é a falta de capital de giro que não permite garantir a compra regular de mel. A infra-estrutura da casa de mel, como comentado anteriormente não está adequada ao padrão exigido pela legislação vigente.

---

<sup>26</sup> Valores são referentes a fevereiro de 2003, mas as oscilações nos preços tem sido moderadamente notadas.

Estes dois fatores acabam desmotivando os sócios a comercializarem o mel para a associação, criando-se um ciclo vicioso. Pois, a ABIPA sofre concorrência direta com os apicultores que não comercializa o mel com a associação e sim para atravessadores que atuam na região. Atualmente a ABIPA está comprando o mel a R\$ 7,00 por litro, e no mercado local os produtores conseguem até R\$ 10,00 por kg<sup>27</sup>. “Relato dos apicultores”.

A ABIPA comercializa o mel diretamente para os consumidores, para uma escola e Imperatriz, e para alguns estabelecimentos comerciais da região.

### ✓ **Babaçu**

Os principais produtos do babaçu destinados à comercialização em escala decrescente de importância: óleo de babaçu, torta de babaçu, carvão, mesocarpo e artesanato.

Nos últimos anos o preço do óleo do coco babaçu caiu, tornando a sua produção cada vez mais inviável financeiramente. Um dos fatores que influenciaram essa queda foi o incentivo do governo à produção e consumo do óleo de soja e do óleo da Malásia.

A produção do de carvão pelas mulheres trabalhadoras rurais, ocorrendo comercialização ao nível da comunidade, que na sua maioria feita durante o período chuvoso. Para a comercialização em volumes maiores, existem as indústrias de ferro-gusa, consumidoras em potencial. Contudo, a ASMUBIP no momento não consegue atender a demanda exigida por estas indústrias.

Os principais compradores de amêndoas são a ASMUPIB, a CASB e a TOBASA, constata-se, no entanto que estes atores estão desarticulados entre si.

Geralmente, as amêndoas são compradas por um cantineiro ou atravessador, os quais repassam para as agroindústrias. Os cantineiros ou atravessador são pessoas escolhidas pelo grupo de mulheres dos seus respectivos núcleos.

---

<sup>27</sup> Na transformação de Litros de mel em kg, observa-se que, cada litro de mel corresponde em média a 1,4 kg.

O preço do quilo da amêndoa varia de R\$ 0,50 a R\$ 0,65. O rendimento do óleo chega a 58%. O óleo é comercializado para as fábricas de sabão em Imperatriz, ao preço de R\$ 1,00 a R\$ 1,30 por litro.

A venda do coco inteiro representa perda do valor destes recursos para as famílias. Uma experiência feita por uma família de agricultores locais demonstrou que com a quebra do coco e a venda de seus subprodutos pode-se obter uma renda quase Em menor escala são produzidos e comercializados os artesanatos a partir do coco babaçu produzidos pelas trabalhadoras rurais, como colares e caneteiros. Estes artesanatos tem pouca aceitação no mercado local e somente são vendidos no mercado externo, em eventos de divulgação da atividade, através da ASMUBIP. O preço destes artesanatos varia de R\$ 2,00 a R\$15,00 a unidade. De um coco babaçu produz-se em média 10 colares. Na maioria dos casos, a comercialização do mesocarpo, é efetuado da mesma forma que os artesanatos. O preço dos potes de mesocarpo<sup>28</sup> varia de R\$ 3,00 a R\$ 6,00.

#### ▪ Valor da Produção

O VABP é entendido como o valor da produção animal e vegetal. No grupo produção animal, está inserida os animais de grande porte, respondendo com um VABP de R\$ 11.308.000,00, ou 62,9%, de participação em relação ao estado; os animais de médio porte, com R\$ 305.000,00, as aves e os pequenos animais, com R\$ 726.000,00; na produção agrícola, estão às lavouras permanentes, com um VABP de R\$567.000,00; as lavouras temporárias, com R\$ 2.857.000,00, as áreas cultivadas com floricultura e horticultura, R\$ 35.000,00, e aquelas cultivadas com silvicultura e exploração florestal, com R\$ 1.824.000,00.

Novamente, observa-se que a produção agropecuária, em especial a bovinocultura, é responsável por R\$ 242.059.000,00 no estado.

A maioria das áreas é cultivada com lavouras temporárias, este número também corresponde aos valores do estado, que são R\$ 75.778.000,00, este número mostra o avanço das lavouras de expansão como a soja e o milho,

---

<sup>28</sup> Mesocarpo é a parte mais mole do coco, localizada entre o epicarpo (pele) e o endocarpo (parte dura). Com o coco ainda fresco se extrai uma massa que após ser triturada é um alimento bastante nutritivo, usado para fazer mingaus e colocar em mistura nas refeições, indicado para crianças desnutridas.

começam a se posicionar como lavouras de importância econômica para o estado, isto porque atualmente, tem se percebido um avanço da fronteira agrícola no estado, fato que ainda não aparece como numerosamente nas áreas agricultáveis do território.

O Valor da Produção Animal e Vegetal no território, R\$ 16.846.000,00 esse valor representa somente 4,75%, do valor total em relação ao estado, que é de R\$ 355.114.000,00, com relação a este indicador, deve se considerar os limites das áreas dos municípios e a época em que os dados foram levantados, de 1996 até os dias atuais certamente já houve mudanças significativas.

O município que responde pela maior desta produção é Araguatins com R\$ 5.800.000,00 e o município de Esperantina, contribuindo com a menor produção do território, penas R\$ 213.000,00.

Os grupos de área com até 10 ha, possuem um VABP, de R\$1.036.000,00, os estabelecimentos com área entre 20 ha e 50 ha, produzem anualmente R\$ 2.911.000,00, pois é o grupo com maior número de propriedades, mas, o grupo de área com estabelecimentos acima de 1000ha, possuem um VABP de R\$ 3.914.000,000, possivelmente este valor tenha sido elevado em função de que a maioria dos estabelecimentos praticam atividades pecuárias intensivas, especialmente, com gado de corte, vê-se que quanto maior for o estabelecimento, maior a área ocupada com bovinos, daí o VABP tão elevado nos latifúndios, que se assemelham aos do estado, estabelecimentos com mais de 1000ha, possuem um VABP de R\$ 167.601.000,00.

Na tabela abaixo apresenta uma comparação destes valores, com os estados de Tocantins e Santa Catarina.

**Tabela 14. Valor anual da produção, conforme o tipo de atividade econômica Território, Estado e SC.**

Tipo de atividade econômica	Valor anual da produção (R\$ mil)					
	Território		Estado		SC	
	VAP	%	VAP	%	VAP	%
1. Produção animal	46.235	90,1	261.915	73,5	1.669.334	51
1.1 – Grande Porte	11.144	21,7	242.059	67,9	343.603	10,5
1.2 – Médio Porte	34.430	67,1	5.121	1,4	589.148	18
1.3 – Aves e pequenos animais	661	1,3	14.735	4,1	736.583	22,5
2. Produção Vegetal	5.067	9,9	94.451	26,5	1.601.138	49

2.1 – Lavouras Permanentes	970	1,9	9.895	2,8	220.098	6,7
2.2 – Lavouras Temporárias	2.297	4,5	75.778	21,3	1.159.198	35,4
2.3 – Fruticultura e Horticultura	32	0,1	898	0,3	48.751	1,5
2.4 – Silvicultura e exploração florestal	1.768	3,4	7.880	2,2	173.091	5,3
<b>Total</b>	<b>51.302</b>	<b>100</b>	<b>356.366</b>	<b>100</b>	<b>3.270.472</b>	<b>100</b>

#### ▪ Rentabilidade da produção agropecuária

Ao analisar a tabela 15, percebe-se que no território existem 3.967 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 395.239 ha. O pessoal ocupado nestas propriedades soma-se 16.507, enquanto que no estado este valor é de 191.973 pessoas, em Santa Catarina este valor é de 718.694 pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais. A área média dos estabelecimentos é de 99,6 ha, por estabelecimento esta área é de 4,16 ha.

**Tabela 15. Índices de rentabilidade da produção agropecuária. Fonte: IBGE, 2000.**

Dados absolutos e índices	Localidade		
	Território	Estado	SC
1. Dados absolutos			
1.1. Estabelecimentos Agropecuários	3.967	42.937	203.347
1.2. Área ocupada	395.239	16.765.715	6.612.846
1.3. Pessoal ocupado	16.507	191.973	718.694
1.4. VAPP (R\$ 1.000,00)	16.568	355.114	3.270.471
2. Indicadores de Desempenho			
2.1. Área média (ha)	<b>99,6</b>	<b>390,5</b>	<b>32,5</b>
2.2. Pessoal ocupado			
2.2. a – por estabelecimento	4,16	4,47	3,5
2.2. b – por hectare	0,04	0,01	0,11
2.3. Valor anual bruto da produção animal e vegetal (R\$ 1,00)		<b>355.114</b>	<b>327.0471</b>
2.3. a – por estabelecimento	4.176,46	8.270,58	16.090,00
2.3. b – por hectare	41,92	21,18	494,00
2.3. c – por trabalhador ocupado	1.003,70	1.849,81	4.550,58

O valor Anual Bruto da Produção Animal e Vegetal, por estabelecimento é de R\$ 4.176.460,00, enquanto que por cada ha, esta produção é de R\$ 41,92, em SC este valor é de R\$494,00, no Tocantins, este valor é de R\$ 21,18, bem abaixo da média do território. Por trabalhador ocupado, o VABP é de R\$1.003,70.

Na Tabela 16 apresenta-se a rentabilidade da agricultura familiar, onde a quantidade de estabelecimentos familiares é de 5.354, a área ocupada é de 193.703 ha, a área média por trabalhador ocupado é de 12ha, o VAP por hectare é de R\$ 51,00, a contribuição do VAP, por trabalhador é de R\$ 608,00.

O número de estabelecimentos familiares no território é de 5.354, destes 2.576, são classificados como quase sem renda, ou 48% do total; com renda baixa, são 1.456, ou 27,2% do total, estabelecimentos com rendas maiores, são apenas 5,6%, 302 estabelecimentos.

**Tabela 16. Rentabilidade da Agricultura Familiar. Fonte IBGE. 2000.**

Indicadores	Localidades				
	Território	TO	Região Norte	Brasil	SC
1.Estabelecimentos Familiares (nº)	5.354	34.521	380.895	4.139.369	191.760
2 – Área Ocupada (há)	193.703	5.328.131	21.860.960	107.768.450	3.965.843
3 – Pessoal Ocupado (trabalhadores)	16.104	136.785	1.542.577	13.780.201	645.247
4 – Valor Anual da Produção (R\$ Mil)	9.794	108.541	1.352.656	18.117.725	2.330.103
5 – Área Média (Ha / Estabelecimentos.)	36,2	154,3	57,4	26,0	20,7
6 – Área / Trabalhador (Ha/Trabalhadores)	12,0	39,0	14,2	7,8	6,1
7 – VAP / Estabelecimentos (R\$ 1,00)	1.829	3.144	3.551	4.377	12.151
8 – VAP / Hectare (R\$ 1,00)	51	20	62	168	588
9 – VAP / Trabalhador (R\$ 1,00)	608	794	877	1.315	3.611

**Tabela 17. Categorizarão dos estabelecimentos familiares, conforme a renda obtida. Fonte: IBGE, 2000.**

Municípios	Nº de Estab. Familiares	Destino dos Estabelecimentos Familiares Conforme a Renda							
		Quase Renda		Sem Renda Baixa		Renda Média		Maiores Rendas	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Araguatins	756	222	29,4	198	26,2	244	32,3	92	12,2
Augustinópolis	656	349	53,2	173	26,4	98	14,9	36	5,5
Axixá do Tocantins	527	163	30,9	193	36,6	133	25,2	38	7,2
Buriti do Tocantins	80	63	78,8	7	8,8	7	8,8	3	3,8
Carrasco Bonito	207	126	60,9	41	19,8	32	15,5	8	3,9
Esperantina	110	23	20,9	42	38,2	35	31,8	10	9,1

Itaguatins	476	170	35,7	159	33,4	120	25,2	27	5,7
Praia Norte	459	247	53,8	123	26,8	78	17,0	11	2,4
Sampaio	115	43	37,4	44	38,3	18	15,7	10	8,7
São Miguel do Tocantins	732	557	76,1	107	14,6	49	6,7	19	2,6
São Sebastião do Tocantins	118	38	32,2	36	30,5	34	28,8	10	8,5
Sítio Novo do Tocantins	1.118	575	51,4	333	29,8	172	15,4	38	3,4
<b>Total do território</b>	<b>5.354</b>	<b>2.576</b>	<b>48,1</b>	<b>1.456</b>	<b>27,2</b>	<b>1.020</b>	<b>19,1</b>	<b>302</b>	<b>5,6</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>34.521</b>	<b>10.939</b>	<b>31,7</b>	<b>8.484</b>	<b>24,6</b>	<b>11.139</b>	<b>32,3</b>	<b>3.959</b>	<b>11,5</b>

#### 4.1.8. SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO A PRODUÇÃO

##### ▪ Assistência técnica e capacitação

No território os órgãos governamentais que realizam atividades, mais diretamente, com os agricultores familiares no território, são os relacionados aos aspectos fundiários, o INCRA e o ITERTINS<sup>29</sup>, da Assistência Técnica e Extensão Rural oficial através do RURALTINS, Secretarias municipais de Educação e Agricultura e o SEBRAE.

As ações de Assistência Técnica no Território são desenvolvidas pelo órgão de Extensão oficial do estado, o RURALTINS. As ações são focadas aos aspectos produtivos e em alguns locais uma parceria melhor definida com as organizações. O trabalho da ATER vem ao longo dos anos sendo implementado por este órgão, tanto para o Público da Reforma Agrária, agricultores familiares, pequenos proprietários, médios e grandes produtores, assim como pescadores artesanais da região.

Os trabalhos vêm enfrentando algumas dificuldades, vistas pelos agricultores e também por técnicos do órgão, com o número reduzido de técnicos para um público tão numeroso, infra-estrutura deficiente em alguns escritórios, o que tem dificultado o deslocamento para as comunidades. Mesmo assim o órgão tem desenvolvido ações no sentido de executar a Política Nacional de crédito rural para agricultura familiar, no caso do PRONAF.

<sup>29</sup> O ITERTINS operava o extinto programa de aquisição de terras, o Banco da Terra, onde foram criadas três comunidades no município de Araguaatins. Atualmente o programa é operacionalizado pela Secretaria da Agricultura do Estado, através coordenadoria de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER trabalha na região como prestadora de serviços da FETAET, através de um convênio desta entidade com o INCRA.

No passado as atividades da COOPTER, eram restritas a alguns PA's, que tinham o dever de levar a assistência técnica na visão da ATER, Assistência Técnica e Extensão Rural, por uma necessidade do programa em que estava inserida, entretanto há um diferencial por ser pautado numa proposta construída com o movimento social e sindical dos trabalhadores/as rurais com objetivos definidos. Trabalhando no sentido dos aspectos agroecológicos e conscientização dos agricultores na assessoria de suas bases e discussão dos problemas internos na comunidade ou nos espaços encontrados para este fim. Tem executado a política Nacional do Crédito Rural para Agricultura Familiar, o PRONAF.

Entretanto, por alguns problemas estruturais e de falta de recursos financeiros a COOPTER, não tem atuado com agricultores familiares que estão fora das áreas de Assentamento, e outros públicos desta natureza, sendo que esta é uma demanda prioritária deste público que reclama da ausência do RURALTINS em seu projeto de desenvolvimento.

Para tanto é necessário que se discuta uma alternativa para que os agricultores familiares de um modo geral tenham um acompanhamento técnico, pelo menos parecido com o modelo que o movimento social e sindical reivindica.

Ambas prestadoras estão inseridas no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, numa nova proposta para o trabalho com a agricultura familiar, em especial para o público da Reforma Agrária, nos Projetos de Assentamento.

Atualmente, o convênio entre a FETAET/COOPTER e INCRA para atender aos agricultores familiares assentados terá a duração de três anos. Nas tabelas abaixo apresenta o número de famílias atendidas através da ATES, no caso do RURALTINS, COOPTER e pelo PRONAF, no caso da COOPTER.

O RURALTINS assessora a 1.430 famílias no território pelo convênio da ATES; a COOPTER assessora 903 famílias pelo convênio de ATES e 769 famílias pelo convênio do PRONAF, totalizando 3.102 famílias assessoradas tecnicamente em 64 P. A.



**Tabela 18. Quantidade de famílias assistidas no território pelo RURALTINS, no convênio de ATES. Fonte: INCRA-TO, 2005.**

Município	PA	Famílias	Ates para 2005	%
Araguatins	10	478	332	69,5
Augustinópolis	2	158	76	48,1
Axixa do Tocantins	7	350	217	62,0
Buriti do Tocantins	2	85	85	100,0
Carrasco Bonito	1	33	27	-
Esperantina	10	452	377	83,4
Itaguatins	-	-	-	-
Praia Norte	2	192	100	52,1
Sampaio	2	81	67	82,7
São Sebastião do TO	4	177	149	84,2
São Miguel do TO	-	-	-	-
Sítio Novo do TO	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>2006</b>	<b>1.430</b>	<b>-</b>

**Tabela 19. Quantidade de famílias assistidas no território pela COOPTER, no convênio de ATES aos P.A., metas para 2005. Fonte: INCRA-TO, 2005.**

Municípios	PA	Famílias assistidas	Ater pelo PRONAF <sup>1</sup>	Ates 2005
Araguatins	8	796	349	447,0
Augustinópolis	2	218	154	20,0
Axixa do Tocantins	1	35	-	35,0
Buriti do Tocantins	-	-	-	-
Carrasco Bonito	-	-	-	-
Esperantina	1	18	-	18,0
Itaguatins	4	248	71	177,0
Praia Norte	1	163	97	66,0
Sampaio	-	-	-	-
São Sebastião do TO	2	67	-	67,0
São Miguel do TO	2	76	34	42,0
Sítio Novo do TO	3	95	64	31,0
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>1716</b>	<b>769</b>	<b>903</b>

<sup>1</sup> Em função da continuidade das ações da COOPTER no território, algumas famílias continuarão sendo atendidas pelo convênio do PRONAF, em que a própria família paga o trabalho da Assistência Técnica, a um valor de até R\$1.500,00, no caso do PRONAF-A.

No novo programa de ATES, um dos critérios é a criação de Núcleos Operacionais para haver uma melhor distribuição do número de técnicos e que o núcleo esteja mais articulado estrategicamente com os agricultores familiares.

A seguir apresentamos os locais onde se localizam os Núcleos Operacionais e a quantidade de técnicos que compõe estes escritórios, tanto da COOPTER como do RURALTINS.

**Tabela 20. Núcleos Operacionais das prestadoras em diferentes locais e a quantidade de técnicos existentes em cada. Fonte: INCRA-TO, 2005.**

Prestadora dos Serviços de ATES	Núcleos Operacionais	Equipes Técnicas de Campo		
		Nível Superior	Nível Médio	Total
COOPTER	Axixa do Tocantins	3	5	8
COOPTER	Araguatins	1	6	7
RURALTINS	Axixa do Tocantins	4	5	9
RURALTINS	Augustinópolis	2	3	5
RURALTINS	Araguatins	2	4	6
RURALTINS	Buriti do Tocantins	3	4	7
RURALTINS	Esperantina	4	5	9
RURALTINS	Sítio Novo do Tocantins	2	4	6
<b>Total</b>		<b>21</b>	<b>36</b>	<b>57</b>

#### ▪ Crédito rural

##### ✓ Demanda qualificada por créditos do Pronaf A

Para 2005, a Câmara técnica estadual do Crédito Rural definiu a demanda qualificada do PRONAF-A, ficando no valor de R\$ 9.975.000,00, um valor superior em R\$ 3.415.291,79 em relação ao contratado na safra passada e atenderá um público de 788 pessoas, em 44 PA's. O quadro abaixo apresenta o resumo desta demanda.

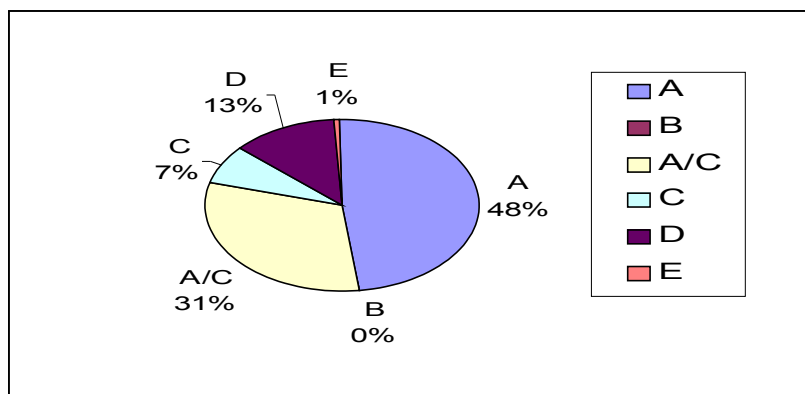
##### ✓ Crédito do PRONAF concedidos em 2004.

As ações do PRONAF, no território nas modalidades investimento e custeio em 2004, giraram torno de R\$ 6.559.708,21. Relativo aos financiamentos, houve uma melhor distribuídas nos recursos do grupo A, em função de que no território há um número elevado de Projetos de Assentamentos, num total de 66. Onde forma aplicados R\$ 4.260.966,95.

Em 2004 nos demais grupos foram contratados: 119 projetos do PRONAF, grupo C e foram investidos – R\$ 668.910,91; No grupo D, foram investidos R\$ 1.120.969,02 de 58 contratos realizados no território.

Na modalidade custeio, foram investidos: R\$ 1.654.777,29; no grupo B foram contratados apenas 7 projetos, no valor de R\$ 6.839,84 e, apenas 2 contratos do grupo E, no valor de R\$57.244,84. O gráfico abaixo mostra a aplicação dos recursos do PRONAF em diferentes grupos, no ano 2004.

**Gráfico 07. Créditos do PRONAF, aplicados no Território nos diferentes grupos. Fonte: BACEM, 2004.**



\* Pesquisa realizada ao site: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br).

O público beneficiado com as linhas de financiamento oficial foram quase que exclusivamente os assentados da reforma agrária. No município de São Miguel do Tocantins todos os assentados receberam o crédito; em Esperantina, e em Axixá do Tocantins 84% e em Buriti 94% das famílias assentadas foram contempladas com o crédito do PRONAF, nas tabela (...) apresentam as modalidades, (custeio e investimento), o número de contratos, e o montante dos recursos aplicados em 2004.

**Tabela 21. Créditos do PRONAF, modalidade Investimentos aplicados em 2004 no Território. Fonte: BACEM 2004\*.**

Ano	Município	Modalidade	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2004	Araguatins	Investimento	137	2.535.704,26
2004	Augustinópolis	Investimento	20	193.266,50
2004	Axixá do Tocantins	Investimento	22	180.448,29
2004	Buriti do Tocantins	Investimento	48	315.758,96
2004	Esperantina	Investimento	50	734.957,32
2004	São Miguel do Tocantins	Investimento	24	533.552,50
2004	Sítio Novo do Tocantins	Investimento	19	341.315,09
2005	Araguatins	Investimento	3	69.928,00
<b>Total</b>			<b>323</b>	<b>4.904.930,92</b>

\* Pesquisa realizada ao site: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br).

**Tabela 22. Créditos do PRONAF, modalidade Custeio aplicados em 2004 no Território. Fonte: BACEM 2004\*.**

Ano	Município	Modalidade	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2004	Araguatins	Custeio	479	1.219.932,25
2004	Augustinópolis	Custeio	155	314.285,19
2004	Axixá do Tocantins	Custeio	228	399.348,31
2004	Buriti do Tocantins	Custeio	68	138.375,26
2004	Esperantina	Custeio	183	463.478,72
2004	Itaguatins	Custeio	78	446.656,94
2004	Sampaio	Custeio	6	8.663,88
2004	São Miguel do Tocantins	Custeio	11	35.277,33
2004	Sítio Novo do Tocantins	Custeio	58	140.162,01
2005	Sítio Novo do Tocantins	Custeio	1	22.814,84
<b>Total:</b>			<b>1267</b>	<b>1.654.777,29</b>

\* Pesquisa realizada ao site: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br).

**Tabela 23. Demanda Qualificada do Pronaf A, em 2005. Fonte: Câmara Técnica do Crédito Rural, SAF/INCRA. 2005.**

Municípios	Demanda Qualificada		
	PAs	Famílias	Valor (R\$ 1,00)
Araguatins	10	303	2.700.000,00
Axixá	8	114	1.395.000,00
Augustinópolis	3	59	885.000,00
Buriti	3	16	240.000,00
Carrasco Bonito	-	-	-
Esperantina	8	103	1.545.000,00
Itaguatins	-	-	-
Praia Norte	3	64	1.380.000,00
Sampaio	3	54	810.000,00
São Miguel do Tocantins	2	25	390.000,00
São Sebastião do Tocantins	4	50	630.000,00
Sítio Novo do Tocantins	-	-	-
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>788</b>	<b>9.975.000,00</b>

▪ **Garantia Safra**

Segundo informações levantadas, o programa ainda não está em operação no estado, com relação ao PROAGRO forma feitos alguns contratos de adesão ao seguro.

A razão para o pequeno número destes contratos é que os fenômenos nos quais tem cobertura do programa são bastante adversos, não ocorrendo com frequência no Estado do Tocantins.

Outra justificativa é que os recursos para a contratação das Cédulas de Produto Rural - CPR, do Programa de Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF, único que operou com o PROAGRO, saíram fora de época, a partir de janeiro de 2004, comprometendo o ciclo das principais culturas, na sua maioria Mandioca.

#### ▪ **Aquisições dos Produtos da Agricultura Familiar pela CONAB**

Com o lançamento do programa no final de 2003, houve muita expectativa dos produtores, onde foram realizados um montante de contratos satisfatório, em relação à forma como foi implementado o programa. O objetivo do programa é a compra antecipada dos alimentos da cesta básica, arroz, feijão, milho e mandioca. O programa garante a compra a produção dos agricultores familiares antecipadamente, através de uma CPR, no valor de R\$ 2.500,00, que foi feita em grupos com aval solidário, cada grupo vendia um determinado produto.

No território, os agricultores esperavam que os recursos saíssem em tempo hábil para o plantio da mandioca, que após a colheita a CONAB fará a aquisição destes alimentos farinha.

No entanto os recursos saíram época, alguns agricultores, receberam parte destes recursos em fevereiro de 2004, época desfavorável para o cultivo das culturas, que no Tocantins se iniciam em meados de setembro a início de outubro. Nota-se um desânimo com a implantação do programa, pois com o atraso na liberação dos recursos, muitos agricultores perderam a produção e se endividaram. Em função do atraso nestas liberações alguns agricultores investiram na compra de gado, como forma de poupar o recurso para o plantio na safra 2005/2006, uma vez que as CPR para mandioca tem prazo de pagamento de dois anos e vencem todas nesta safra.

O acesso ao PROAGRO, foi muito dificultado, pois os agentes financeiros, não concederam o seguro sob a alegação, de que os fenômenos nos quais o programa cobriria não condiziam com a realidade encontrada pelo banco.

Nas entrevistas, foi comum a crítica diante da realidade vivida, pois o programa veio em hora oportuna, nas com os arranjos burocráticos encontrados nos agentes financeiros, houve atraso na sua implementação.

Outra inquietação dos agricultores, é que o programa foi implementado sem o devido acompanhamento e orientação de assistência técnica. Desta maneira, argumenta-se sobre a necessidade de uma discussão e um amplo debate com os agentes financeiros e as organizações dos trabalhadores, com relação às novas formas de implementação e operacionalização do programa a nível estadual e até em nível Nacional. A tabela abaixo mostra os municípios do território contemplados pelo Programa.

**Tabela 24 - Aquisição de produtos da agricultura familiar pela CONAB em 2004. Fonte: CONAB – TO, Palmas junho de 2005.**

Municípios	Aquisições	
	Produtos	R\$
Araguatins	-	-
Augustinópolis	-	-
Axixá do Tocantins	Mandioca	12.500,00
Buriti do Tocantins	-	-
Carrasco Bonito	Mandioca	67.500,00
Esperantina	-	-
Itaguatins	-	-
Praia Norte	-	-
Sampaio	-	-
São Miguel do Tocantins	-	-
São Sebastião do Tocantins	Mandioca	67.500,00
Sítio Novo do Tocantins	-	-
<b>Território</b>		<b>147.500,00</b>

#### ▪ Educação

Existem no território 225 escolas distribuídas nos municípios, o número de escolas municipais rurais totaliza 135 e 13 são escolas estaduais rurais.

O município que apresenta o maior número de escolas é o município de Araguatins com 45 unidades escolares, na zona rural e urbana, enquanto, o município de Sampaio tem o menor número de escolas, com apenas 05 unidades, destas 02 na zona rural.

**Tabela 25. Número de escolas nas áreas urbana e rural. Fonte: Secretaria estadual de Educação e Cultura (SEDUC), 2003.**

Municípios	Escolas Estaduais Rurais	Escolas municipais Rurais	Escolas Municipais urbanas	Escolas Estaduais urbanas	TOTAL
Araguatins	2	32	8	3	45
Augustinópolis	1	8	10	3	22
Axixá do Tocantins	-	16	8	3	27
Buriti do Tocantins	2	7	7	3	19
Carrasco Bonito	1	4	1	1	7
Esperantina	1	13	4	1	19
Itaguatins	2	12	3	1	18
Praia Norte	1	11	2	2	16
Sampaio	-	2	1	2	5
São Miguel do TO	1	10	1	1	13
São Sebastião do TO	-	6	2	2	10
Sítio Novo do TO	2	14	5	3	24
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>135</b>	<b>52</b>	<b>25</b>	<b>225</b>

A taxa de analfabetismo de jovens com mais de 15 anos é de 30,3%, a população total nesta faixa etária é de 62.512, onde, 18.955 jovens são analfabetos, um valor alto comparando com os índices do estado que é de 18,8%.

Uma das medidas para minimizar o problema da elevada taxa de analfabetismo é o investimento do governo no Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, bem como na implementação da Escola Família Agrícola – EFA, sendo um anseio de grande parte da população rural do território.

A criação deste modelo de educação poderá proporcionar um regime educacional de alternância, entre o trabalho da família e as atividades da escola, assim o jovem pode ser produtivo nas atividades da família e aplicar os conhecimentos adquiridos na própria comunidade o que diminuiria o processo de evasão escolar.

É importante analisar que a educação da população de 7 a 14 anos, em uma população de 22.835 crianças, 20.974 estão matriculados nas escolas, um índice de 91,9%, que se assemelha aos índices do estado, 93,2%.

Outro fator que demonstra preocupação é a educação dos responsáveis por domicílios que freqüentaram a escola menos de 4 anos, 65% da população encontra-se neste cenário e respondem por 14.877 pessoas, frente a 136.297 pessoas no estado, o equivalente a 48,6% da população estadual na mesma faixa

etária e qualificada pelo mesmo indicador.

**Tabela 26. Indicadores sobre Educação. Fonte: IBGE, 2000.**

Municípios	% de analfabetismo <sup>1</sup>	% Escolarização de 7 a 14 anos <sup>2</sup>	% Escolarização responsáveis por domicílio <sup>3</sup>
Araguatins	24,2	87,4	60,2
Axixá do Tocantins	33,5	89,6	67,1
Augustinópolis	31,6	90,9	63,7
Buriti do Tocantins	30,9	97,3	62,9
Carrasco Bonito	39,3	97,6	74,0
Esperantina	37,4	95,2	74,2
Itaguatins	30,4	87,7	67,2
Praia Norte	34,1	93,5	74,3
Sampaio	32,7	89,5	58,3
São Miguel do TO	31,7	98,6	66,1
São Sebastião do TO	30,3	94,5	61,0
Sítio Novo do TO	29,5	92,4	65,0
<b>a) Totais do Território</b>	<b>30,3</b>	<b>91,9</b>	<b>65,0</b>
<b>b) Totais do Estado</b>	<b>18,8</b>	<b>93,2</b>	<b>48,6</b>

1. Referente à população acima de 15 anos;
2. Escolarização de 07 a 14 anos, referente às matrículas nas escolas;
3. Porcentagem de chefes de família com menos de 04 anos de estudo.

#### ▪ Saúde e saneamento

O território é pouco servido em rede hospitalar, os casos mais simples são resolvidos nos pequenos hospitais ou postos de saúde nos municípios, na maioria das vezes adaptada para fazer o atendimento de primeiros socorros. Os casos mais graves são levados para Augustinópolis, por possuir melhor infra-estrutura e quando não podem ser resolvidos os pacientes são removidos para Imperatriz/MA, Araguaína ou Palmas.

A mortalidade em 2002, teve como base as diferentes causas: 18,65% por doenças infecciosas e parasitárias, bem superior à média brasileira de 5,32% e a média da região sul, que é de 5,83%; seguida por mortes causadas por doenças do aparelho respiratório 12,64%; afecções originadas no perinatal são 9,93%. No entanto, as mortes causadas por doenças no aparelho circulatório são 7,71%, abaixo da média brasileira que é de 31,52%, e a média da região sul de 33,52%. A média brasileira de mortalidade infantil é de 28,3%; no território esta média é de 18% de mortes para cada 1000 nascidos vivos conforme o apresentado na tabela abaixo.



**Tabela 27. Mortalidade em 2002 com diferentes causas nos municípios do Bico do Papagaio. Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS), 2005.**

Municípios	Doença infecciosa parasitária	Tumor	Doenças Aparelho circulatório	Doenças Aparelho respiratório	Afecções no perinatal	Causas externas <sup>30</sup>
Araguatins	17,9	2,8	7	7,2	2,5	4,5
Augustinópolis	21,3	2,5	9,5	16,5	2,4	3,6
Axixá do TO	13,3	1,9	9	9,4	4,2	0,4
Buriti do TO	13,8	3,2	5,9	13,5	2,5	4,9
Carrasco Bonito	19,5	2,3	8,4	18,8	2,7	2,7
Esperantina	19,5	2,5	6,3	8,3	2,5	6,8
Itaguatins	18,6	2,2	6,2	23,2	17,3	2,9
Praia norte	21,5	1,1	7,5	17,0	3,5	3,5
Sampaio	22,9	2,6	6,4	15,8	29,7	2,3
São Sebastião do TO	17,2	5,7	7,8	2,6	44,8	-
São Miguel do TO	16,3	3,4	11,3	7,8	4,3	-
Sítio Novo do TO	22	3,0	7,2	11,6	2,8	6,5
Média Território	18,65	2,76	7,7	12,6	9,9	3,81
Média Brasileira	5,32	15,31	31,52	11,17	3,90	14,91
Média Região CO	5,83	14,02	30,05	9,45	4,21	18,82
Média Região S	4,14	18,73	33,32	11,52	2,62	12,79
Média Região SE	4,77	15,58	32,38	11,26	3,01	15,57
Média Região NE	6,31	11,70	30,03	9,49	7,12	15,62
Média Região N	6,81	12,03	22,83	9,41	8,49	22,06

**Tabela 28. Dados sobre a mortalidade infantil no território do ano de 2004. Fonte: Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC), da Secretaria Estadual de Saúde.**

Município	Mortalidade Infantil (/1000 nascidos vivos)
Araguatins	15,2
Augustinópolis	19,2
Axixá do Tocantins	22,7
Buriti do Tocantins	46,5
Carrasco Bonito	0,0
Esperantina	36,7
Itaguatins	7,9
Praia Norte	27,6
Sampaio	20,4
São Miguel do Tocantins	0,0
São Sebastião do Tocantins	0,0
Sítio Novo do Tocantins	19,9
<b>Território</b>	<b>18,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>28,3</b>

<sup>30</sup> Lesões eventuais e algumas outras conseqüências: causas externas.

O serviço de abastecimento de água na região do Bico do Papagaio é realizado pela companhia de saneamento do Tocantins – SANEATINS, no entanto, não atende à população rural.

O acesso à água é uma dificuldade em alguns locais, principalmente, no período seco. Na maioria dos casos, a água é obtida com a construção de açudes e cisternas, existem também alguns poços artesianos construídos com recursos do governo federal, mas atendem poucas propriedades, uma vez que estas são incluídas nos programas governamentais de assentamento e para algumas escolas da zona rural.

Não existem serviços de coleta de esgoto na zona rural em todo o Estado, de acordo com o censo do IBGE de 1995-96, cerca de 50% dos domicílios são atendidos por coletores de lixo, com exceção no meio rural que não há coleta de lixo.

**Tabela 29. Indicadores de saneamento básico nos municípios do Bico do Papagaio em 1991 e 2000. Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS), 2005.**

Municípios	Abastecimento de água		Sem Instalação Sanitária		Coleta de Lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araguatins	26,6	26,6	57,2	31	15,6	46,6
Augustinópolis	37,4	37,4	56,1	19,2	19,2	62
Axixá do Tocantins	41,4	41,4	50,1	21,1	7,2	41,9
Buriti	53,4	53,4	51,9	28,5	0,1	3,9
Carrasco Bonito	-	-	-	40,2	-	2,4
Esperantina	-	-	-	62,3	-	2,3
Itaguatins	13,4	13,4	66,1	62,8	4,7	17,3
Praia norte	-	-	78,5	43,2	0,2	19,2
Sampaio	-	-	80,3	43,4	-	30,8
São Sebastião	-	-	-	35,1	-	8,6
São Miguel do Tocantins	-	-	-	0,0	-	8,6
Sítio novo	14,2	14,2	55,1	29,7	-	12,2
<b>Média do Território</b>	<b>47,56</b>	<b>58,94</b>	<b>34,78</b>	<b>25,80</b>	<b>25,35</b>	<b>47,65</b>

#### 4.1.9. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E PRODUTIVA<sup>31</sup>

##### ▪ Estradas

O território do Bico do Papagaio está localizado próximo à intersecção entre duas grandes rodovias federais que servem à região Norte do Brasil, BR 153 (Belém-Brasília) e a Transamazônica, que liga o Pará ao Maranhão.

Até o final da década de 70, o transporte era pelo rio ou por trilhas na mata. A partir de 1979, iniciou a construção de algumas estradas locais, o que culminou na construção da rodovia Belém – Brasília beneficiando a região, durante muito tempo foi à única via de acesso rodoviário à região até a construção das primeiras rodovias estaduais.

Atualmente, existem duas rodovias estaduais que dão acesso à região, a TO -134 (Transbico que dá acesso à Transamazônica) e a outra que atravessam os municípios mais ao norte estendendo-se do Rio Araguaia ao Rio Tocantins, interligando os quatro municípios mais centrais do território. Recentemente esta rodovia foi pavimentada, melhorando também os serviços de transportes intermunicipais.

A existência de estradas reduziu as dificuldades, mas os agricultores ainda enfrentam problemas para escoar a produção, para terem acesso à escola, saúde, entre outros serviços, devido à ausência ou condições precárias das estradas vicinais nas comunidades rurais, principalmente, nos P.A.'s. que é agravada durante o período chuvoso.

##### ▪ Energia

O Estado do Tocantins é integralmente atendido pela Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (CELTINS), empresa privatizada. Esse serviço está quase que totalmente, destinado às zonas urbanas, de acordo, com informações da CELTINS o consumo de energia elétrica dobrou entre os anos de 1990 e 1996, no entanto, este crescimento está relacionado ao consumo urbano e no meio rural permaneceu abaixo do esperado e estável, como mostra a tabela abaixo.

---

<sup>31</sup> Informações, com base no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Agricultura Familiar do Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio – PROAMBIENTE.

**Tabela 30. Número e percentual de consumidores de energia elétrica nas zonas rural e urbana No Estado do Tocantins. Fonte: CELTINS.**

Anos	Consumo Rural	%	Consumo Urbano	%
1990	828	1,0	88.154	99
1991	1.012	1,1	100.755	98,9
1992	1.271	1,1	114.344	98,9
1993	1.502	1,1	133.776	98,9
1994	1.834	1,2	151.011	98,5
1995	2.427	1,5	162.924	98,5
1996	2.739	1,5	176.163	98,5

A região do Bico do Papagaio é abastecida com a energia gerada pelas usinas hidrelétricas de Tucuruí (ELETRONORTE), Lajes e Corujão. Informações levantadas pela Secretaria de Planejamento esta é uma das regiões mais atendidas, entretanto, diversas comunidades rurais ainda não têm acesso a este serviço. Grande parte dos assentamentos, ainda, não possui rede de energia elétrica e naqueles que possuem o serviço ainda não atende a todos os assentados.

Além da energia gerada por hidrelétricas, existem algumas pequenas experiências de geração de energia por fontes alternativas. Em alguns assentamentos no município de Axixá do Tocantins existe instalação de energia solar e em São Miguel, no P.A. Pontal – Comunidade Sete Barracas, a UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) instalou uma usina de geração de energia termoelétrica que funciona através da queima da casca do coco babaçu que, atualmente, encontra-se sob a gestão da associação do assentamento.

▪ **Algumas ações do Programa “Luz para Todos” no Território.**

A gestão do programa Luz para Todos no estado do Tocantins, é realizada pelo Comitê Gestor Estadual, a Coordenação é feita pela ELETRONORTE, com alguns órgãos e entidades, a exemplo do INCRA, REDE CELTINS e Outras.

Foram definidas algumas ações básicas para a execução do programa, destas definições estão a implementação do Programa em linhas prioritárias, em etapas de forma a atender a todos, mas de maneira programada.

Primeiramente pela ordem das prioridades ficaram os Projetos de Assentamentos, as comunidades remanescentes de Quilombolas, as Aldeias indígenas e os aglomerados de trabalhadores rurais que sobrevivem da pecuária leiteira. Depois que as ações prioritárias forem executadas, serão atendidos os agricultores familiares que se dedicam à pecuária leiteira de outras atividades e que obtenham áreas entre 04 e 06 módulos fiscais, de acordo com as normas do programa. A instalação da energia é gratuita, no primeiro mês se o consumo for inferior a 80 kwh, o agricultor não paga por este consumo e a taxa de cobrança é como energia rural.

A concessionária responsável pela execução das obras no estado é REDE CELTINS, que também executa o trabalho do PERTINS, Programa de Eletrificação Rural do Estado do Tocantins, entretanto nas normas do PERTINS estão previstos reembolso dos interessados por se tratar de um programa em nível estadual.

No estado tem - se a seguinte realidade; quanto ao andamento do "Luz para Todos":

Dos 125 Projetos de Assentamentos cadastrados; Alguns estão com os projetos concluídos de execução das obras concluídos; outros estão com os projetos de Topografia em execução, e alguns já estão com a energia ligada.

Observa-se que no território foram feitas 1311 ligações, mas ainda restam 1072 ligações a serem feitas, conforme consta na tabela abaixo.

**Tabela 31. Previsão de investimentos do programa “Luz para Todos” no território. Fonte INCRA-TO. 2005.**

Especificação das Ações			
Município	P.A.	Déficit Atual	Nº Ligações
Araguatins	Água Limpa	24	-
Araguatins	Atanásio	87	-
Araguatins	Dona Eunice	-	66
Araguatins	Marcos Freire	-	65
Araguatins	Maringá	-	59
Araguatins	Mutirão	54	-
Araguatins	Nova Vida	-	12
Araguatins	Ouro Verde	-	122
Araguatins	Padre Josimo	-	51
Araguatins	Petronio	-	51
Araguatins	Professora Djanira	-	53

Araguatins	Rancho Alegre	59	-
Araguatins	Ronca	64	-
Araguatins	Santa Cruz II	-	265
Araguatins	Santa Helena	25	-
Araguatins	São José	87	-
Araguatins	Transaraguaia	36	-
Araguatins	Trecho Seco	26	-
Augustinópolis	Bandeirantes II	-	44
Augustinópolis	São Roque	-	70
Augustinópolis	São Silvestre	-	80
Augustinópolis	Três Irmãos	-	171
Axixá do Tocantins	Babaçu		35
Axixá do Tocantins	Boa Sorte II	26	-
Axixá do Tocantins	Buritit	73	-
Axixá do Tocantins	Grotão	65	-
Axixá do Tocantins	Mamédio	13	-
Axixá do Tocantins	Anajá	-	31
Axixá do Tocantins	Santa Bárbara	-	31
Axixá do Tocantins	Santa Juliana	96	-
Buriti do Tocantins	Boa Sorte	-	51
Buriti do Tocantins	Canaa	-	34
Buriti do Tocantins	Sossego	-	20
Carrasco Bonito	São Lucas	33	-
Esperantina	Lago Preto	72	-
Esperantina	Araguaiala	54	-
Esperantina	Bico do Papagaio	17	-
Esperantina	Boa Esperança	64	-
Esperantina	Esperantina	36	-
Esperantina	Mulatos	61	-
<b>Total</b>		<b>1072</b>	<b>1311</b>

## ▪ Comunicação

Com relação a telecomunicações, os municípios do território são atendidos pela operadora da Brasil Telecom, com linhas fixas nas residências urbanas, em alguns P.A.'s e comunidades rurais com torres de telefones celulares e telefones públicos; entretanto, sabe-se que o atendimento telefônico nas comunidades rurais, conforme levantamento de demandas realizado pela APA/TO em 2001, ainda é precário. Sendo complementado, através da torre do município de Imperatriz/MA, a telefonia celular atende alguns municípios da região.

## ▪ Outras

São muitas as questões ambientais de relevância para o território, mas pela quantidade, só mencionaremos algumas delas, a saber: A construção do Projeto Sampaio, que além de colocar em risco a sustentabilidade de muitas famílias de agricultores, ainda irá devastar uma imensa área colocando em risco a vida de muitas populações de animais e peixes.

Outro elemento de preocupação é a construção das usinas hidrelétricas nos rios Araguaia e Tocantins num total de nove em todo o estado do Tocantins, segundo a ELETRONORTE.

A Hidrovia Araguaia Tocantins para transporte multimodal, principalmente de comanditeis, como a soja e outros produtos para a exportação.

Como fruto destas e outras preocupações o MPTA – Movimento de Preservação dos Rios Tocantins e Araguaia, que congrega várias entidades de apoio às organizações de trabalhadores rurais tem buscado a realização de uma campanha para conscientizar as populações dos riscos deste “falso progresso”, o alvo principal das ações do movimento são as pessoas nas temporadas de praia nos rios Araguaia e Tocantins, com a distribuição de panfletos e materiais educativos.

### 4.1.10. CULTURA E LAZER

Em termos gerais, o capital social<sup>32</sup> se define como “o conjunto de valores compartilhados para atuar sinergicamente, gerar redes e acordos no interior da sociedade”. Essa capacidade de ação sinérgica dos grupos humanos pode servir a múltiplos propósitos, como a integração e a coesão social (entendida como eficácia coletiva), que previne o risco (delito, fome, desgaste da saúde), assim como a obtenção de objetivos econômicos, provendo condições para criar redes econômicas de solidariedade.

---

<sup>32</sup> Contribuições do Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais, Vol. 02. 2005. E Sérgio Sepúlveda. Desenvolvimento Sustentável Microrregional, métodos para planejamento local. Junho 2005.

Outro conceito de capital social define como um conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais), que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e confiança. Implica a habilidade de pessoas e grupos que estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjunta, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações.

Desta maneira, vale destacar a formação de um capital social promissor no território, uma vez que os processos de grilagem no passado colocaram em risco a organização da sociedade, mas com a intensificação deste processo traumático, esta mesma sociedade resistiu e se fortaleceu, a ponto de formar uma rede de organizações, especialmente, as organizações de trabalhadores rurais.

Assim, é difícil notar um trabalhador rural ou uma trabalhadora nesta região que não pertença a alguma organização ou que não esteja fazendo parte de um processo em construção, seja ele de um sonho, enquanto trabalhador, seja enquanto militante engajado na luta de um ideal coletivo.

#### **4.1.11. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL<sup>33</sup>**

Considerando as instituições com as quais os agricultores familiares mantém algum tipo de relação, pode se constatar que só nos quatro municípios que compõe o pólo Pioneiro do Bico do Papagaio, objeto de estudo do PROAMBIENTE, a quantidade de instituições existentes varia de 28 a 42, entre Organizações Governamentais e Não Governamentais, Conselhos Municipais, Instituições Religiosas, Partidos Políticos e organizações informais como a PJR<sup>34</sup>. Há também aquelas de abrangência regional que totalizam 11, sendo 7 ONG's e 4 OG's das esferas Federal e Estadual.

Em todos os municípios, as Organizações Não Governamentais representam à maioria das instituições existentes e dentre elas as associações

<sup>33</sup> Contribuições do Relatório do Diagnóstico Exploratório das Experiências Agro-extrativistas nos regionais Tocantins e Maranhão.

<sup>34</sup> Pastora da Juventude Rural, ligada à Igreja Católica e movimentos Sociais.



destacam-se como a forma de organização dos diversos segmentos da sociedade civil, correspondendo a 87% das organizações não governamentais e 80% destas ONG's concentram-se na zona rural representando especificamente a classe trabalhadora rural. Este fato é reflexo da história de lutas desta categoria durante as décadas de 70 e 80.

Mesmo com esta forma de organização bem estruturada nos municípios do pólo, existem várias outras organizações governamentais e não governamentais que já atuaram e que vem atuando em todos os municípios do território. Possuindo estas e outras características, mas que não serão quantificadas neste estudo.

Apresentam-se a seguir algumas das entidades Não Governamentais, que pelo seu histórico apresentam maiores relações com os agricultores familiares. No entanto, outros estudos devem ser feitos para compreender com mais profundidade este ambiente de instituições que são fundamentais para o processo de desenvolvimento sustentável, na região do Bico do Papagaio.

## 5. ANÁLISE SISTÊMICA<sup>35</sup>

“O enfoque sistêmico, é uma abordagem global dos problemas ou sistemas, concentrando-se no jogo de interações entre seus elementos, permitindo melhor entender e descrever a complexidade organizada” (Rosney, 1975, citado por Marzal, 1999).

Assim, entende-se por sistema um “conjunto de elementos em interação dinâmica, organizadas em função de um objetivo” (Rosney, 1975), este objetivo pode ser apenas manter sua estrutura e se dividir, como é o caso de algum ecossistemas, cuja meta é manter seu equilíbrio e permitir o desenvolvimento da vida em seu interior.

Os sistemas muitas vezes são divididos em subsistemas, e um sistema por sua vez pode ser caracterizado por seu aspecto estrutural, onde constam os limites do sistema, (definição da fronteira física). e funcional, onde consistem os

---

<sup>35</sup> Contribuições do plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Agricultura Familiar no Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio, do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia – PROAMBIENTE.

fluxos (de energia, de informações, e de elementos, através da rede de comunicação).

Um dos objetivos da análise sistêmica é analisar quais as principais cadeias produtivas do território que podem promover certo dinamismo na economia local, e até transcendendo os limites do território. Segundo (Favoreto, 2004), a monocultura não contribui para gerar dinamismo, desta maneira foi possível encontrar no território uma variação de atividades que podem gerar este dinamismo econômico, no entanto, argumenta-se que precisarão de estudos mais aprofundados para entender especificamente as cadeias produtivas e apontar os eixos que podem garantir o dinamismo econômico do território em questão.

Desta maneira, a análise sistêmica do território foi feita em visitas aos atores principais que compõe o conselho da CIAT, diretamente nos municípios e foram delimitados os principais subsistemas, sendo: a) Subsistema de Produção; b) Subsistema de Transformação; c) Subsistema de Comercialização e análise do Ambiente Institucional de Apoio.

Também foram consultados vários materiais bibliográficos existentes nas entidades locais e que foram essenciais para a descrição destes aspectos, uma vez que a riqueza destas informações pôde engrandecer estas análises.

#### ▪ ANÁLISE DOS PROJETOS DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA 2003 E 2004

Nos municípios que integram o Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio, exceto no município de Buriti que ainda não foi contemplado com o PRONAF Infra-estrutura, tem conseguido direcionar parte do recurso deste programa para projetos de geração de renda para a agricultura familiar. Os projetos do PROINF 2004/2006, foram debatidos nas reuniões da CIAT, definidas as prioridades, feitos os Planos de Trabalho e estando em fase final, após terem passados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Alguns projetos do PRONAF Infra-estrutura, destinados a alguns municípios do Bico do Papagaio, no ano 2003 estão em fases diferentes de implantação, a seguir far-se-á uma descrição destes projetos:

Recentemente foi inaugurada a unidade de processamento de mel em Araguatins, localizado na Vila Falcão, esta unidade irá contribuir com o desenvolvimento do grupo de agricultores daquela comunidade, que já trabalham com a apicultura e que foram apoiados no início, pelo Projeto Abelhas do Cerrado e pela APA-TO. Mas segundo a Caixa Econômica Federal, existe uma outra obra no P.A. Santa Cruz que ainda não está concluída, apesar de parte dos recursos já terem sido liberados.

Em Augustinópolis, as obras para construção da casa do mel não foram iniciadas, segundo a Caixa Econômica Federal, os contratos foram destratados, ou seja, foi cancelado por algum motivo, provavelmente por problemas de documentos do proponente.

As obras para construção da casa do mel em Carrasco Bonito estão em fase de acabamento. A casa de farinha esta iniciada e os equipamentos já foram comprados.

Em Esperantina, a aquisição de kit de materiais e equipamentos de apicultura, já foi realizada. A casa de farinha está em fase de acabamento, faltando apenas os equipamentos para o seu funcionamento.

Os recursos referentes aos contratos dos projetos de 2004, ainda não foram liberados, embora estes projetos estejam devidamente analisados.

No território existem várias obras do PRONAF Infra-estrutura, mas nem todas estão funcionando, algumas apresentam problemas, necessitando de uma análise mais rigorosa e embasada para se discutir a possibilidade da viabilidade em cada uma destas obras e/ou metas.

**Tabela 32. Investimentos em infra-estrutura e outros realizados em 2004.**

**Fonte: Secretaria Executiva do PRONAF, Palmas – TO.**

Especificação das Ações			Metas Físicas	Investimentos Previstos
Município	Meta	Unidade	Quantidade	Mil R\$
Araguatins	Construção de poço com manilha	Und	2	6.000,00
Augustinópolis	Construção de poço c/ manilha	Und	1	3.000,00
Axixá do Tocantins	Ampliação de entreposto de mel	M2	100	53.000,00
Axixá do Tocantins	Construção de poços artesiano	Und	1	61.800,00

Axixá Tocantins	do	Construção de poço c/ manilha	Und	1	3.000
Axixá Tocantins	do	Aquisição de equipamentos. produção de mel	P/ Und	1	74.590
Axixá Tocantins	do	Aquisição de equipamentos. produção cera	P/ Und	1	9.800
Axixá Tocantins	do	Aquisição de equipamentos. produção arte	P/ Und	1	8.340
Buriti Tocantins	do	Construção de casa de mel	Und	2	30.000
Buriti Tocantins	do	Construção de poço c/ manilha	Und	1	3.000
Buriti Tocantins	do	Aquisição de 4 kits de equipamentos apícola	Und	2	13.500
Buriti Tocantins	do	Aquisição de 1kit p/ agricultores	Und	1	12.730
Buriti Tocantins	do	Aquisição de equipamentos de produção de arte	Und	1	8.340
Praia Norte		Construção de casa de mel	Und	2	30.000
Praia Norte		Construção de poço c/ manilha	Und	2	6.000
Praia Norte		Aquisição de kit p/ equipamentos apícola	Und	2	13.500
Praia Norte		Aquisição de kit p/ apicultores	Und	18	12.060
São Miguel TO	do	Aquisição de equipamentos p/ extração de óleo	Und	1	30.000
São Miguel TO	do	Reforma da usina de óleo de babaçu	Und	1	13.500
<b>Total</b>					<b>392.160</b>

## 6 - VISAO DE FUTURO

Promover o fortalecimento da agricultura familiar, através da estruturação das cadeias produtivas dos principais produtos da agricultura familiar e a formação dos (as) agricultores (as) familiares, de forma a propiciar maior dinamismo econômico e social no sentido de favorecer e ampliar as possibilidades de inclusão social deste segmento e o desenvolvimento sustentável do território.

### OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Ampliar as possibilidades de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e inserção deste segmento no mercado.
- Motivar a articulação e integração entre os diversos atores locais, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento do território.

- Melhorar a apresentação e a qualidade dos produtos da cadeia da apicultura e mandioca
- Capacitar e valorizar os próprios agricultores familiares do território.
- Aumentar a produção das cadeias do mel e da mandioca
- Fortalecer núcleos de apicultores no território.

## ESTRATEGIAS:

As estratégias dizem respeito ao(s) caminho(s) que vamos percorrer para alcançar nossos objetivos. Referem-se tanto às ações a serem efetivadas pelas pessoas diretamente envolvidas e interessadas no plano quanto às negociações que precisam ser feitas com atores políticos, institucionais e financeiros, na instância local, nacional e até internacional. Cada território deve definir sua estratégia de ação a partir da realidade local. Não existe um catecismo para tal, porém é importante considerar alguns princípios, quais sejam: **Participação; Parcerias; Integralidade e Territorialidade.**

1. Como desejamos o Território daqui a 15 anos?
2. Melhor desenvolvimento da reforma agrária;
3. Que cada produtor tenha sua propriedade
4. Que as políticas públicas sejam executadas totalmente;
5. Que a sociedade civil e o poder público estejam dialogando junto as políticas públicas para o território;
6. Criação da Escola Família Agrícola;
7. Que o analfabetismo esteja com um índice estável;
8. Que a mortalidade infantil seja reduzida ao menor índice;
9. Uma saúde de boa qualidade;
10. Uma moradia digna;
11. Que tenhamos cooperativas de crédito e de produção;
12. Uma distribuição de renda justa;
13. Que as matas ciliares, os rios, os lagos sejam preservados e em processo de recuperação;

14. Que os incentivos financeiros cheguem em tempo hábil em todas as instâncias;
15. Recuperação das estradas vicinais e eletrificação rural em todas as propriedades;
16. Sistema de comunicação em todas as comunidades;
17. Que as cadeias produtivas possam ser mais exploradas
18. Que as organizações civis estejam fortalecidas;
19. Exportação de produtos extrativistas de forma organizada em escala industrial e industrializada;
20. Gestores públicos conscientes do seu papel social com visão territorial;
21. Infra-estrutura adequada ao desenvolvimento territorial;
22. Uma educação e saúde que atenda as necessidades do território;
23. Gestão pública de forma mais participativa e
24. Políticas públicas beneficiando camadas mais baixas.

## JUSTIFICATIVA

No território existem cinco principais cadeias produtivas dos produtos da agricultura familiar (mel, babaçu, mandioca, frutas nativas e pesca artesanal), as quais ao longo dos anos vem sendo estruturada, a partir de projetos e apoios oriundos das próprias organizações, assim como das políticas públicas voltadas para este segmento.

A estratégia adotada pelos agricultores familiares e suas organizações para fortalecer a proposta de consolidar as cadeias produtivas foi a de criar núcleos de produção nas comunidades rurais e projetos de assentamentos da reforma agrária e articulá-las em forma de rede. A prática histórica de atuação coletiva e articulada dos agricultores familiares que compõem o território do Bico do Papagaio, garantiu o sucesso desta estratégia.

Todo o processo de beneficiamento e comercialização dos produtos de mel e babaçu é realizado por associações de âmbito regional, respectivamente, pela ABIPA (Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio), sediada em Axixá e pela ASMUBIP (Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio), em São Miguel, e por grupos de produção de base como o grupo

de apicultores do Projeto Abelhas do Cerrado – PAC, sediada varias comunidades do município de Araguatins.

No caso da farinha e da polpa de frutas nativas a forma de organizar a produção, o beneficiamento e a comercialização não se encontra no mesmo patamar de organização que a do babaçu e do mel, mas as todas as ações desenvolvidas pelos agricultores familiares, apontam para o mesmo sentido dos outros dois produtos. Atualmente, constata-se o crescimento do número de agricultores familiares interessados em reinvestir na produção de farinha de mandioca, que recentemente foi fomentada pelo crédito de custeio do PRONAF A, uma vez que no território já foi um dos principais produtos comercializados pelos agricultores, conjuntamente com o arroz.

Nos últimos cinco anos, através dos recursos do PRONAF infra-estrutura, foram construídas no território casas de farinha, alocadas em todos os municípios, e casas de extração de mel, visando melhorar a qualidade dos produtos beneficiados. Tais agroindústrias mostram-se insuficientes para atender a demanda do território ou, então, com estruturas inadequadas, quando não, distantes dos grupos de produção de base, muitas destas localizadas na sede do município. Além destas do PRONAF existem outras casas de farinhas localizadas nas comunidades rurais, porem, com equipamentos em péssimas condições de uso, velhos e desgastados, e com estruturas que não possuem mínimas condições higiênicas sanitárias satisfatórias para produzir uma farinha de melhor qualidade.

Desta forma, este projeto vem no sentido de apoiar iniciativas em andamento no território, iniciando com a cadeia produtiva da farinha de mandioca e do mel, definidas pela CIAT-BICO como as prioridades de 2005. As expectativas das lideranças e organizações do território são de que as ações apoiadas por este projeto estejam próximas aos grupos de produção de base, buscando sua efetiva participação, para isso entendem a necessidade de que estas ações estejam adequadas a sua realidade. Portanto, a concepção das ações é de através do uso de tecnologias adaptadas e da viabilização e potencialização de estruturas, implantadas anteriormente no território, possibilitar efetiva melhoria nas condições de trabalho e de aumento de produção e geração de renda para os agricultores familiares do Bico do Papagaio.

Outra estratégia definida pelo território é a promoção de capacitação dos agricultores como forma de aprimorar seus conhecimentos a respeito das cadeias da mandioca e mel, bem como a do babaçu, através de cursos que envolveriam todos os municípios do território.

Definida a Visão de Futuro, os objetivos e as estratégias, a plenária foi dividida novamente em pequenos grupos com o objetivo de discutir quais os elementos do ambiente interno e externo que ajudam e que atrapalham o alcance dos objetivos (diagnóstico), com isso iniciar a estabelecer um prognóstico para o território, definindo os eixos estratégicos e temas prioritários de intervenção para atingir o estado desejado, **perder a discussão anterior sobre a visão de futuro, apontada como elemento importante e imprescindível no PTDRS.**

<b>I N T E R N O</b>	<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>	<b>E X T E R N O</b>
	<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>	

### RESULTADOS DOS TRABALHOS DOS GRUPOS:

O trabalho foi realizado por duas equipes e o resultado sistematizado, está descrito nos quadros abaixo:

<b>GRUPO 1 Producao</b>	
<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Produtos de qualidade	Terras férteis e mercado
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Falta de capacitação	Estradas vicinais mal conservadas

<b>GRUPO 2 – Crédito</b>	
<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Existência de linhas de crédito	Acesso dos agricultores familiares a linhas de crédito
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Aplicação incorreta dos recursos,	Liberação do crédito fora de época.



desvio de finalidade, falta de assistência técnica

### GRUPO 3 – Ambiental

<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Recursos naturais, sistema climático favorável, solo fértil.	Riqueza e diversidade ambiental
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Falta de aplicação da legislação ambiental	Exploração inadequada dos recursos naturais

### GRUPO 4 – Organização social

<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Muitas organizações sociais, incentivo financeiro via PRONAF, aproximação das organizações das Prefeituras.	Participação de várias organizações na CIAT
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Participação lenta do poder público nos debates	Incentivo financeiro chegando em tempo inoportuno

### GRUPO 4 – Educação

<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Escolas em todos os assentamentos de 1ª a 4ª série	Incentivos dos programas sociais
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Super atarefamento do professor; espaço físico deficiente; sala multiseriada; professor pouco capacitado.	Saída dos alunos do campo; baixo salário.

### GRUPO 4 – saúde

<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Agentes de saúde, ambulância, hospital regional	Médico residente no município
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Deficiência na infra-estrutura hospitalar; poucos remédios gratuitos.	Rodízio constante dos médicos; instabilidade no empregos dos agentes.

### GRUPO 4 – infra-estrutura

<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Pavimentação asfáltica; Energia elétrica no setor urbano	Meios de transporte; instalações de indústria.
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
Falta de moradia adequada; energia elétrica rural inexistente; escolas e postos de saúde precários; estradas vicinais precárias	Falta de planejamento; recursos escassos.

<b>GRUPO 4 – reforma agrária</b>	
<b>FORTALEZA</b>	<b>OPORTUNIDADE</b>
Qualidade das terras; linhas de crédito; organizações civis; demarcação das terras.	Produção; acesso à terra própria; acesso ao crédito para financiamento; comercialização dos produtos.
<b>FRAQUEZA</b>	<b>AMEAÇA</b>
ATER Recursos limitados	Meio ambiente (destruído); INCRA e seus meios; crédito fora de época; concentração da terra por latifundiários.

## 7. EIXOS AGLUTINADORES

Eixo Aglutinador	Programas	Projetos	Estratégias
Regularização Fundiária	Reforma Agrária no Bico do Papagaio	Regularizar as posses dos ocupantes de terras públicas, concedendo títulos de propriedade	Melhor desenvolvimento da reforma agrária; Que cada produtor tenha sua propriedade; Uma distribuição de renda justa
Social	Educação do Campo com Qualidade  Saúde e Atenção no Bico do Papagaio  Habitação no meio rural	Saberes da Terra  Educar para Melhor produzir Saúde no Bico do Papagaio  Habitação com Qualidade	Que o analfabetismo esteja com um índice estável Criação da Escola Família Agrícola Que a mortalidade infantil seja reduzida ao menor índice Uma saúde de boa qualidade Uma moradia digna Sistema de comunicação em todas as comunidades.
Produção e Comercialização	Produzir, Comercializar produtos da Agricultura Familiar	Fortalecimento da agricultura familiar, através da estruturação das cadeias produtivas dos principais produtos da agricultura familiar	Que tenhamos cooperativas de crédito e de produção Que os incentivos financeiros cheguem em tempo hábil em todas as instâncias Que as cadeias produtivas possam ser mais exploradas Exportação de produtos extrativistas de forma organizada em escala industrial e industrializada Ampliar as possibilidades de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e inserção deste segmento no mercado Melhorar a apresentação e a qualidade dos produtos da cadeia da apicultura e mandioca.
Político Institucional	Articulação de Políticas públicas no Bico do Papagaio	Articular e Produzir	Que a sociedade civil e o poder público estejam dialogando junto as políticas públicas para o território; Que as políticas públicas sejam executadas totalmente Que as organizações civis estejam fortalecidas Estimular a articulação e integração entre os diversos atores locais, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento do território
Ambiental	PROAMBIENTE no Bico do Papagaio	Preservar o Bico do Papagaio com Sustentabilidade	Que as matas ciliares, os rios, os lagos sejam preservados e em processo de recuperação Recuperação das estradas vicinais e eletrificação rural em todas as propriedades



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005, 296p.

**Relatório do Diagnóstico Exploratório das Experiências Agroextrativistas nos Regionais Tocantins e Maranhão**. Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins, APA-TO, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural-MA. Rede Agroflorestadores do Cerrado: Abril. 2004.

**Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Agricultura Familiar do Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio**. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia - PROAMBIENTE. APA-TO, fevereiro de 2003.

**Diagnóstico Participativo. Uma visão do município de Axixá do Tocantins**. CMDR de Axixá do Tocantins e APA-TO. Axixá do Tocantins-TO, março de 2005. 45 p.

**Mapeamento Participativo do Extrativismo no Estado do Tocantins**. ISPN. Brasília. Agosto de 2003. 44 p.

**Plano de Viabilidade Econômica, Financeira e Social da Associação das Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP**. São Miguel do Tocantins – TO. Fevereiro de 2005. 17 p.

**Plano de Viabilidade Econômica, Financeira e Social da Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio – ASMUBIP**. Axixá do Tocantins – TO. Fevereiro de 2005. 21 p.

MARZAL, Kátia. **O Enfoque Sistêmico**. Texto extraído de Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 1999. 8 p.